



**ATA 1944ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às nove horas e vinte
2 minutos, realizou-se a milésima noningentésima trigésima quadragésima quarta
3 reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª
4 Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 24 (vinte e quatro)
5 conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os:
6 Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Camila Teodoro Godinho, Clarice Pimentel
7 Paulon, Evelyn Sayeg, Fábio Silvestre da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira,
8 Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz
9 Nascimento, Reginaldo Branco da Silva, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Vinicius
10 Cesca de Lima, Beatriz Marques de Mattos, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do
11 Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna
12 Barboza Damasceno, Márcio Magalhães da Silva, Mary Ueta, Rodrigo Fernando
13 Presotto e Rodrigo Toledo. Esteve presente também o gestor do Vale do Paraíba e
14 Litoral Norte, Bruno Monteiro Carlos. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1)**
15 **Justificativas de Ausência** - Foram consideradas as justificativas de ausência
16 das/os demais conselheiras/os: Luciana Stoppa dos Santos, Regiane Aparecida
17 Piva, Beatriz Borges Brambilla, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Maria Mercedes
18 Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri e Mauricio Marinho Iwai. **1.2) Planejamento**
19 **Estratégico** – Vinicius Cesca de Lima informa que o Formulário da Consulta Pública
20 já está disponível no site do CRP, sendo que até o momento foram recebidas 18
21 (dezoito) contribuições. Além dessa atividade, há também a agenda de encontros
22 abertos, que estão sendo realizados pelas comissões gestoras e pelas comissões
23 permanentes. Conta sobre quem serão os convidadas/os: conselheiras/os,
24 gestoras/es e uma/um funcionária/o de cada setor. No caso das sedes, solicitou-
25 se a participação de uma/um funcionária/o administrativa/o por Subsele. Notícia que
26 o Departamento de Eventos encaminhou e-mail sobre a agenda da 3ª fase do
27 Planejamento Estratégico, respeitando a agenda aprovada em plenária: com uma
28 mesa dia sobre análise da conjuntura atual, na noite de sexta-feira, 25 de novembro.
29 O horário previsto para sábado e domingo (26 e 27 de novembro) é das 09h às 18h.
30 Para a 3ª fase do Planejamento Estratégico será feita a sistematização das diretrizes
31 aprovadas no COREP e no CNP, além do que for recebido através da consulta
32 pública e das atividades abertas realizadas pelas comissões. Ressalta que o prazo
33 para envio das deliberações das atividades abertas é dia 21 de novembro, para que
34 seja possível sistematizar até o dia 25 de novembro. A proposta de organização dos



35 grupos do planejamento estratégico será a partir dos 4 (quatro) eixos temáticos,
36 construídos a partir dos princípios da plataforma política da gestão: 1) Ampliação da
37 inserção social da Psicologia; 2) Ampliação da eficiência técnica e responsabilidade
38 ética; 3) Participação, transparência e rigor na gestão; 4) Cidadania e diálogo com a
39 sociedade. Como a expectativa é de cerca de 80 (oitenta) participantes nesta etapa
40 do Planejamento Estratégico, cada grupo de trabalho responsável por trabalhar cada
41 um desses eixos deverá ter cerca de 20 (vinte) participantes. Informa que além
42 desses participantes, a Diretoria encaminhou que fossem feitos convites para as
43 entidades do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - Fenpb e para
44 as entidades brasileiras da União Latinoamericana de Entidades de Psicologia –
45 Ulapsi, para que possam ter representantes no PE, mas esses não serão custeados
46 pelo CRP SP. **1.3) Questão Jurídica contra Rafael Marmo** – Aristeu Bertelli da
47 Silva comenta sobre a questão jurídica que envolve o psicólogo Rafael Marmo e o
48 CRP SP. Já antes das eleições, a chapa do psicólogo Rafael Marmo “Psicologia e
49 Democracia”, que representava o grupo “Fortalecer a Profissão” nas eleições em
50 São Paulo, fizeram diversos comentários na página temática que mantêm no
51 *Facebook*, que foi entendido pelo XIV Plenário como um ataque a gestão do CRP
52 SP, entre esses comentários, havia um de que “quem não é capaz de cuidar de
53 votos, não é capaz de cuidar de um Conselho”. O XIV Plenário (gestão 2013-2016)
54 deste CRP SP resolveu entrar com pedido de explicações na seara criminal. A
55 Justiça Federal entendeu que o fato descrito no pedido de explicações é atípico, não
56 havendo possibilidade jurídica de pedido de explicações a ser formulado em queixa-
57 crime. Justificando que para haver crime contra a honra deve estar presente na
58 conduta elemento subjetivo do tipo específico consistente na intenção de ofender a
59 honra alheia, como calúnia, difamação ou injúria. Lê ao plenário, então, o registrado
60 pelo magistrado: “...examinemos o comentário feito pela Chapa Psicologia e
61 Democracia e destacadas no pedido das explicações: quem não cuida de uma forma
62 adequada de uma eleição não tem condições de Cuidar de ninguém, quanto mais de
63 uma profissão. Na frase destacada, a chapa Psicologia e Democracia posicionou-se
64 sobre eventual má gestão da eleição, não se vislumbrando qualquer ofensa
65 penalmente relevante. É evidente que o comentário é crítico da atuação do
66 Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo, mas as pessoas jurídicas
67 de direito público, eminentemente as que exercem fiscalização do exercício de
68 profissão, como é o caso da autarquia pleiteante da medida de explicação, estão
69 sempre sujeitos a críticas, que, mesmo sendo veementes, nem sempre são
70 ofensivas a honra no aspecto penal. Ao contrário do afirmado pela inicial, o



71 *comentário não imputa qualquer fato ofensivo à reputação do Conselho Regional de*
72 *Psicologia do Estado de São Paulo, mas menciona apenas suposto desempenho*
73 *insatisfatório de sua função pública prescrita pela lei. A administração pública não*
74 *está nem pode estar imune a críticas e, sejam tais críticas justas ou injustas,*
75 *fundadas ou infundadas, desde que não configurem ataque desmedido a honra, não*
76 *devem ser protegidas pelo direito penal. VII. No que se refere à menção de à*
77 *menção de adulteração de votos, não se trata de crime passível de ser cometido por*
78 *pessoa jurídica, não havendo falar calúnia no caso. Nessa medida, tendo em vista*
79 *que, de qualquer prisma que se analise a questão, não há descrição de fato típico,*
80 *INDEFIRO o pedido de explicações e JULGO EXTINTO o processo sem resolução*
81 *do mérito, nos termos do art. 485, VI, do novo Código de Processo Civil (Lei nº*
82 *13.105/2015), aplicável subsidiariamente à espécie. P.R.I.C. São Paulo, 27 de*
83 *setembro de 2016. Renata Andrade Lotufo – Juíza Federal’.* Dessa forma, o
84 processo está encerrado. **1.4) XIII Encontro da Regional São Paulo, da**
85 **Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO** - Aristeu Bertelli da Silva
86 informa sobre a realização do XIII Encontro Regional da ABRAPSO São Paulo, em
87 São Caetano do Sul, entre os dias 11 e 15 de novembro. A Diretoria não pôde
88 representar o CRP SP na mesa de abertura, e, dessa forma, o conselheiro Ed
89 Otsuka fez essa representação. Comenta que havia a expectativa de constituição de
90 uma mesa do CRP na atividade, sendo que foi solicitado a todo o plenário que
91 apresentasse projetos para essa participação, o que não ocorreu e, portanto, não
92 haverá nenhuma atividade proposta pelo CRP nesse Encontro. **II) APROVAÇÃO**
93 **DAS ATAS 1937^a, DE 24 DE SETEMBRO DE 2016 e 1940^a, DE 22 DE OUTUBRO**
94 **DE 2016** - Camila Teodoro Godinho informa ao plenário que está pautada a
95 aprovação de duas atas nesta plenária. A primeira ata já constava na plenária
96 anterior para aprovação, mas houve algumas manifestações das/os conselheiras/os
97 e, por isso, foi repautada para ajustes; já a respeito da segunda, não houve
98 manifestação. Explica que para realizar as alterações na primeira ata, o
99 Departamento de Secretaria fez a transcrição a partir do áudio gravado e que a
100 versão apresentada agora final segue essa transcrição. Questiona se as atas podem
101 ser aprovadas. Considerações do plenário: 1) Solicita-se que a aprovação da ata
102 1937 seja novamente adiada, pois a conselheira Regiane Aparecida Piva, que
103 encaminhou a maior parte das solicitações de alterações, não está presente nesta
104 plenária. 2) Há manifestação de que se foi realizada a redação da primeira ata a
105 partir da transcrição do áudio, não há questões adicionais em relação à ata, que
106 pode ser aprovada. 3) Questiona-se porque a numeração das atas não é contínua .



107 4) Explicou-se que as Plenárias Éticas também são contabilizadas, por serem
108 atividades ordinárias do CRP SP. 5) Solicita-se que sejam configurados e corrigidos
109 os endereços de e-mail utilizados, pois há correspondências do CRP SP que alguns
110 membros do plenário não têm recebido. 6) Questiona-se sobre o prazo para
111 divulgação desses documentos, após aprovados, no Portal da Transparência.
112 Vinicius Cesca de Lima comenta que não há um mecanismo automático para que os
113 documentos, tais como as atas, entrem no Portal. Atualmente, o webmaster faz
114 esse procedimento manualmente e tem que ser acionado a cada nova inserção.
115 Assim, hoje, o prazo depende do nível de demandas sob responsabilidade do
116 webmaster. Mas, em breve, espera-se ter esse processo de forma mais simplificada,
117 em que cada um possa incluir os documentos que forem de responsabilidade de seu
118 setor. A respeito da forma como é feita a redação das Atas, Camila Teodoro
119 Godinho explica adicionalmente que na ata não é feita nomeação das falas para não
120 personalizar algumas indicações, exemplificando que houve uma questão com
121 relação ao registro da Ata que aprovou a elaboração do Dossiê das Comunidades
122 Terapêuticas, pois houve solicitação de que se informassem os nomes daqueles que
123 votaram a favor dessa publicação, o que poderia gerar processos na justiça
124 individualizados. Assim, são nomeadas as falas apenas dos conselheiros que
125 solicitam especificamente. **Encaminhamentos:** Considerando o exposto, as atas
126 das Plenárias Ordinárias nº 1937^a e 1940^a são aprovadas, sendo que para a
127 primeira são consideradas as alterações indicadas e realizadas a partir da
128 transcrição do áudio. **III) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E**
129 **JURÍDICA** – A conselheira secretária submeteu ao plenário a apreciação dos
130 processos das pessoas física e jurídica inscritas neste CRP SP. **Encaminhamento:**
131 Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa física - 113 (cento e treze)
132 inscrições novas, 48 (quarenta e oito) reativações, 02 (duas) inscrições secundárias,
133 12 (doze) inscrições por transferência, 113 (cento e treze) cancelamentos a pedido,
134 09 (nove) cancelamentos por óbito, 15 (quinze) cancelamentos por transferência, 06
135 (seis) cancelamentos por inscrição secundária e 42 (quarenta e dois) cancelamentos
136 por não apresentação de diploma. Pessoa jurídica – 21 (vinte e um) registros, 09
137 (nove) cadastros e 07 (sete) cancelamentos a pedido, conforme folha anexa que é
138 parte integrante desta ata. **IV) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – O
139 plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas/os para aprovação do título
140 de especialistas. **Encaminhamento:** Na modalidade Cursos Credenciados, deferiu-
141 se: 01 (um) na área da Psicologia Escolar/Educacional, 05 (cinco) em Psicologia do
142 Trânsito, 05 (cinco) na área de Psicologia Clínica, 01 (um) em Psicologia Hospitalar



143 e 04 (quatro) em Neuropsicologia. Na modalidade Cursos IES homologou-se: 06
144 (seis) em Psicologia do Trânsito, 01 (um) em Psicologia Clínica, 02 (dois) em
145 Neuropsicologia e 01 (um) em Psicologia da Saúde. Indeferiu-se: 01 (um) em
146 Psicologia Clínica, na modalidade Cursos IES. Sendo assim, o total geral de títulos
147 de especialistas ratificados representa 27 (vinte e sete), conforme folha anexa que é
148 parte integrante desta ata. **V) CREDENCIAMENTO DE SITES** – Foram analisados
149 10 (dez) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 7
150 (sete) pedidos, com protocolos: 006035820 (CRP 06/127627), 806136082
151 (06/69647), 406235810 (06/77594), 406222785 (06/38952), 806138951
152 (06/101833), 706637108 (06/68250) e 306139444 (06/11655). Concedeu parecer
153 desfavorável a 3 (três) solicitações de obtenção de selo para os protocolos:
154 206835886 (CRP 06/100269), 106335633 (CRP 06/124877) e 606535924 (CRP
155 06/123019) conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VI) ANÁLISE DE**
156 **CONJUNTURA** - O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva cita que na 1940ª
157 Plenária Ordinária foi encaminhado que a análise de conjuntura seria ponto
158 permanente das Plenárias Ordinárias e que seria feito revezamento de
159 conselheiras/os para apresentação desse ponto. Dessa forma, questiona se
160 alguma/um conselheira/o se voluntaria a realizar a apresentação nesta plenária.
161 Como não há manifestações nesse sentido, Vinicius Cesca de Lima propõe que em
162 toda plenária seja feita a definição de qual conselheira/o apresentará o ponto na
163 plenária seguinte. Maria Rozineti Gonçalves comenta que no evento que será
164 realizado sobre Medicalização haverá um debatedor responsável por fazer a análise
165 de conjuntura, assim, sugere que isso pode ser um procedimento a ser realizado em
166 outras atividades do CRP SP, também. Camila Teodoro Godinho indica que
167 atualmente se passa por um momento muito sombrio na política, com o desmanche
168 de políticas públicas. Enquanto plenário, há dificuldade de pensar em como deve se
169 posicionar frente a algumas questões. Solicita ao plenário que não espere que as
170 iniciativas partam somente da diretoria, pois o plenário também pode fazer
171 proposições. A Diretoria tem podido fazer os encaminhamentos porque sabem quem
172 são os conselheiros mais afins de cada tema e têm utilizado isso enquanto não se
173 tem a organização temática aprovada. Recorda que pela apresentação da
174 Comunicação na plenária anterior, não serão mais feitas publicações e divulgação
175 de conteúdos de forma desorganizada. Pontua também que durante a semana
176 muitas coisas acontecem e são debatidas pelo plenário, porém, diversas vezes não
177 é feito posicionamento público do CRP SP sobre os assuntos pungentes. Dessa
178 forma, indica que haja protagonismo das/os conselheiras/os no sentido de fazer



179 notas, por exemplo, sendo que para isso é possível contar com o apoio da COF.
180 Vinícius Cesca de Lima complementa que, inclusive no que se refere ao
181 Planejamento Estratégico, devem ser consideradas as deliberações do IX
182 Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e do IX Congresso Regional da Psicologia
183 (COREP) nos posicionamentos, mas há temas que os Congressos deixaram o
184 indicativo de que esses sejam debatidos, para construção de posicionamento (como
185 “aborto”, por exemplo). Para os temas que o posicionamento já está posto pelo
186 Congresso, o CRP deve manifestar-se de acordo com essas deliberações.
187 Exemplifica que, a respeito da PEC 55, que *“altera o Ato das Disposições*
188 *Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras*
189 *providências*, que implica a reforma do ensino médio e tramita atualmente no
190 Senado Federal, se trata de um desmonte de políticas sociais, portanto já há
191 posicionamento de acordo com as deliberações dos Congressos. Assim como, na
192 pauta legislativa, este CRP SP posicionou-se a favor de um PL do Senado que
193 amplia a avaliação psicológica no trânsito, pois há deliberação do Congresso.
194 Considerando a atual conjuntura política, muitas pautas assim devem surgir, mas o
195 CRP tem tranquilidade para posicionar-se uma vez que o CNP e o COREP já deram
196 as diretrizes, cabendo à plenária apenas discutir estratégias de ação. O conselheiro
197 presidente pondera que esse primeiro momento de análise de conjuntura está sendo
198 costurado durante a sessão plenária. Ressalta que algumas atividades que o CRP já
199 tem feito são muito relevantes, como o evento realizado sobre a PEC 55, que pode
200 ser transformado em material de orientação à categoria. Pontua ainda que nessa
201 discussão não se trabalhou somente a perspectiva da Psicologia, mas também havia
202 participação de estudantes, e de pessoas ligadas à área jurídica e da educação. O
203 modo de realizar as ações no CRP é assim, de ampliar os debates para além da
204 psicologia, já é algo feito cotidianamente, enquanto outras entidades realizam um
205 debate muito corporativo. Caso não seja possível construir um material a partir do
206 debate, sugere que seja disponibilizado o vídeo *online*, através do canal do *Youtube*
207 deste CRP. A partir daquele evento, o CRP passou a ser referência nessa
208 discussão. A Ulapsi convidou o CRP a fazer posicionamentos conjuntos de apoio às
209 ocupações e aos estudantes de duas formas: a partir das recomendações da
210 Defensoria Pública da União ao MEC defendendo o direito à livre manifestação e
211 com documento que vise dialogar com os estudantes. Ressalta, ainda, que os
212 estudantes trazem frescor ao debate, o que é muito positivo. Comenta que esteve
213 com a conselheira Mary Ueta na ocupação da Unifesp e que foi possível discutir as
214 diversas interfaces da Psicologia em diálogo com os estudantes. É importante que o



215 CRP colabore com o pedido da Ulapsi, fazendo diálogo de maneira múltipla,
216 utilizando fontes diversas. Quem do plenário puder defender as ocupações e estar
217 junto aos estudantes nas ocupações, deve fazê-lo. É importante dar visibilidade e
218 eco a essas ações de manifestação. Também entende ser importante que o plenário
219 esteja próximo às/aos estudantes de Psicologia. Monalisa Muniz Nascimento
220 comenta que o posicionamento do CRP em defesa ao PLS 98/15 sobre avaliação
221 psicológica no trânsito teve repercussão no IBAP - Instituto Brasileiro de Avaliação
222 Psicológica que possui um posicionamento contrário a esse PLS. Pondera que o
223 PLS implica alterações importantes na área e faz crítica ao fato de não ter sido
224 consultada preliminarmente ao lançamento da nota do CRP SP. Seu entendimento é
225 que o aumento da avaliação psicológica no trânsito não tem se traduzido de forma
226 positiva na sociedade, uma vez que é visto apenas como um pretexto para
227 arrecadação de dinheiro. Indica-se que esse ponto de pauta referente à análise de
228 conjuntura, será importante para o plenário se constituir como grupo, através do
229 diálogo. Pois, faz-se também uma análise de conjuntura voltada para dentro,
230 pensando nos ruídos de diálogo e de posicionamentos do plenário. Quando se
231 constitui a chapa política, um dos aspectos que foram levados foi formar um pleno
232 diversificado, que conhecesse a multiplicidade do campo, pois não há como uma/um
233 mesma/o conselheira/o ter domínio de todas as áreas. Pontua-se que protagonismo
234 do plenário se mostrará mais presente à medida que for se apropriando das
235 proposições da própria chapa eleitoral, à medida que as discussões e
236 posicionamentos forem acontecendo. Ressalta que é importante que haja
237 transparência nas relações e posicionamentos, trazendo possíveis situações de
238 desconforto de forma clara, para evitar ruídos. A respeito dos posicionamento da
239 IBAP, Vinicius Cesca de Lima, pontua que se trata de uma entidade parceira, mas o
240 posicionamento do CRP SP não pode ser discutido, uma vez que já foi dado a partir
241 das deliberações do Congresso, inclusive com a citação textual do PLS. Tanto o
242 grupo político, quanto plenário anterior e o grupo político fizeram discussão sobre
243 como as pautas estavam sendo levantadas no CNP, pois traziam uma grande carga
244 corporativista. Ressalta que o Congresso do Estado de SP foi onde isso destoava,
245 trazia menos o corporativismo. Ressalta que pessoalmente não concorda com todas
246 as deliberações do Congresso, mas enquanto CRP SP, haverá apoio a tudo o que
247 foi aprovado. Portanto, há tranquilidade quanto ao posicionamento tomado, uma vez
248 que o Sistema Conselhos é favorável ao PLS, conforme deliberação do Congresso.
249 Pontua-se que o argumento político utilizado pela IBAP é bastante frágil e que não
250 cabe aos Congressos consultarem as entidades afins da área e sim essas entidades



251 estarem representadas nesses espaços deliberativos. Indica-se ainda que enquanto
252 CRP a responsabilidade de garantir e de fomentar a qualificação do exercício
253 profissional está posta, assim, o dever do plenário é garantir isso. O posicionamento
254 político do plenário é contrário à capitalização da atividade da avaliação psicológica
255 no trânsito, entende o melhor caminho a qualificação dessa atividade. Essa proposta
256 foi aprovada por um acordo político no momento do Congresso, não havia tempo
257 para o devido debate. Indica-se que seja pensada em uma forma de condução da
258 plenária, que se respeite esse espaço como um espaço para construção de
259 propostas. A Diretoria tem a responsabilidade executiva, mas é necessário pensar
260 no processo de construção, para que a plenária se sinta contemplada. Pontua-se
261 que a limitação do número de inscrições, o horário da plenária, o planejamento da
262 mesma entram na mesma perspectiva, que é uma parte da conjuntura que tem
263 relação com a organização do trabalho. A Comissão de Comunicação, nesse
264 sentido, se desculpa pela forma como conduziu o início dos trabalhos e, por isso,
265 não fez o diálogo com a IBAP antes do lançamento da nota. Mas, entende-se que há
266 diversos pontos a serem discutidos no que diz respeito à avaliação psicológica,
267 sugerindo-se, assim, a criação de um GT que seja composto também por
268 representantes da IBAP e que, para a primeira reunião desse grupo, a CPL
269 (Comissão de Processos Legislativos) possa estar presente. Diante da proposta,
270 apresenta-se uma proposta derivada, de que seja mantido o posicionamento do
271 CRP SP assim como deliberou o Congresso, pois o grupo político perdeu algumas
272 pautas que faz defesa, mas é importante que se dê legitimidade a esse espaço
273 deliberativo. Mas pondera-se que há outros aspectos da avaliação psicológica que
274 podem ser debatidos, assim, é possível discutir essa pauta legislativa dentro da CPL
275 ou outra instância que o CRP possui ou que será constituída, sem a necessidade da
276 criação de outro grupo de trabalho especialmente para esse fim. Concorde-se,
277 portanto, com o mérito da proposta inicial. **Encaminhamentos:** 1) A cada plenária
278 deverá ser definido a/o conselheira/o que será a/o responsável pela apresentação
279 do ponto “Análise de Conjuntura” na plenária seguinte. 2) Vinicius Cesca de Lima
280 fará apresentação sobre da Análise de Conjuntura durante a 3ª etapa do
281 Planejamento Estratégico, assim, não fará novamente na plenária de dezembro. 3)
282 Evelyn Sayeg será a responsável pela apresentação do ponto na Plenária Ordinária
283 que será realizada em dezembro e poderá solicitar o apoio de outros membros do
284 plenário para essa tarefa. 4) As atividades realizadas pelo CRP devem ter como um
285 dos pontos norteador que possam também ser utilizadas para a produção de
286 produtos, como publicações, ou que, ao menos, seja dada visibilidade via *Youtube*,



287 etc. 5) Os debates promovidos pelo CRP SP devem sempre buscar a multiplicidade.
288 6) A CPL ficará responsável pela pauta da avaliação psicológica, sendo que não se
289 deve reformar as deliberações do IX COREP e IX CNP, que são definidas
290 democraticamente pela categoria. **VII) ASSUNTOS FINANCEIROS – 7.1) Informes**
291 **Financeiros – 7.1.1) Balanço financeiro** - Vinicius Cesca de Lima informa que ficou
292 acordado que o balanço financeiro seria apresentado em toda plenária, mas que
293 nesta não será possível devido à indisponibilidade do sistema do Banco do Brasil na
294 última sexta-feira. Informa que se procura sempre trazer o balanço mais recente, por
295 isso, a ideia era trazer o de sexta-feira. O balanço será encaminhado por e-mail, na
296 próxima semana, para todo o plenário. 7.1.2) Resolução de ajuda de custo - Vinicius
297 Cesca de Lima noticia que há apenas uma novidade quanto à questão da Resolução
298 de Ajuda de Custo e Diária: a Diretoria solicitou Parecer Jurídico sobre as
299 divergências entre as Resoluções federal e estadual. Ressalta que há pontos que
300 divergem nas duas Resoluções e outros que há omissão na estadual em detrimento
301 da federal. O Parecer apresentado pelo Jurídico traz que onde há divergência, não
302 há nulidade na Resolução do CRP SP e quanto aos pontos em que a Resolução
303 estadual é omissa, a Resolução do CFP tem validade e eficácia. Cita como exemplo
304 que segundo a Resolução Federal qualquer deslocamento que implique atividade de
305 mais de três dias, demanda autorização prévia. Todo uso de carro próprio depende
306 de avaliação de conveniência, não cabendo apenas escolha de quem se desloca.
307 Dessa forma, haverá a utilização combinada das Resoluções. Iniciou consulta à
308 gerência e ao financeiro a respeito de propostas de revisão dessa resolução. A
309 perspectiva é trazer ao plenário uma proposta, já subsidiada pelo jurídico, gerência e
310 financeiro, que são aqueles que operacionalizam a norma e que estará coberta pela
311 legalidade. 7.1.3) Novo Acordo Coletivo de Trabalho - Vinicius Cesca de Lima
312 informa que o Ministério Público do Trabalho deu parecer favorável ao novo Plano
313 de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS, bastando agora somente a última
314 avaliação, que é do Ministério Público Federal – MPF. Assim, mais uma etapa foi
315 vencida e a perspectiva é que o novo PCCS também seja aprovado no MPF em
316 breve. **7.2) Compra de novo imóvel para a Sede do CRP** - Vinicius Cesca de Lima
317 noticia que na última plenária foi apresentada a questão da compra do novo imóvel
318 para a sede, relatando que não formalizar esse processo acarreta uma série de
319 questões para o CRP, pois há dinheiro destinado a esse fim, conforme deliberação
320 de Assembleia Orçamentária. Dessa forma, apresenta ao plenário a atual situação
321 dos imóveis destinados à sede, bem como apresenta as necessidades que são
322 consideradas na busca de outro imóvel. Situação atual: **a)** São utilizados dois



323 prédios, um na Rua Arruda Alvim, com 1.094m², e outro na Rua Oscar Freire, com
324 264 m² e área útil total construída de 1.355 m². **b)** Esses prédios estão no limite
325 máximo de construção permitido em legislação, sendo que no imóvel da Rua Arruda
326 Alvim não é possível qualquer movimento que altere suas características, pois é
327 tombado pelo Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
328 Arqueológico, Artístico e Turístico. **c)** São prédios com cerca de 60 anos, que
329 apresentam características residenciais e não têm possibilidade de adaptações às
330 atividades do CRP, principalmente no que se refere à instalação das redes de
331 informática, telefonia e elétrica. **d)** Os prédios apresentam sérios problemas
332 estruturais de encanamento, no telhado, de hidráulica e de fossa, no caso do imóvel
333 da Rua Arruda Alvim. **e)** Como o imóvel da Rua Arruda Alvim é localizado muito
334 próximo a prédio residencial, têm ocorrido situações de conflitos, que já geraram 04
335 (quatro) ocorrências em delegacia, e com a Prefeitura, devido à lei do silêncio. **f)** Os
336 dois prédios não acomodam os 85 (oitenta e cinco) funcionários. **g)** O espaço para o
337 atendimento da/o psicóloga/o é reduzido, trazendo dificuldades em época de maior
338 demanda de inscrições. **h)** Não possui espaço para a realização de oitivas o que
339 atrapalha a celeridade da Comissão de Ética e também não há espaço para
340 atendimento de orientação da COF. **i)** Falta de espaço para instalar o arquivo de
341 prontuário da/o psicóloga/o. O que faz que uma parte esteja guardada em espaço
342 externo. **j)** Não há espaço para reuniões das comissões. **k)** Não há possibilidade de
343 aumento do quadro de funcionárias/os, pois mesmo com dois imóveis já se atingiu o
344 limite de ocupação, com “layout” que oferece boas condições às/aos funcionárias/os
345 e a quem comparece ao CRP. **l)** Com o início da utilização do imóvel da Rua Oscar
346 Freire, houve aumento do gasto com apoio funcional (telefonia, internet, luz, água,
347 segurança, seguro, mensageiros) e de manutenção (reparos hidráulicos, elétricos,
348 pintura) ao redor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil) ano, o que somado ao que
349 é gasto com o imóvel da Rua Arruda Alvim, cerca de R\$ 290.000,00 (duzentos e
350 noventa mil) ao ano, totaliza um gasto de cerca de R\$ 520.000,00 (quinhentos e
351 vinte mil) por ano, ou seja, ter dois imóveis faz os custos praticamente dobrarem. **m)**
352 O auditório atualmente tem capacidade para 102 (cento e duas) pessoas de acordo
353 com a legislação vigente. Anteriormente considerou-se que a capacidade do
354 auditório deveria ser de 250 (duzentas e cinquenta) a 300 (trezentas) pessoas, o que
355 dificultou a identificação de um imóvel que comporte essa capacidade em auditório.
356 Possíveis critérios para aquisição do novo imóvel: **a)** Deverá ser uma área que
357 possibilite o acompanhamento do crescimento do CRP, com previsão de ser solução
358 para uma geração imobiliária, ou seja, de 25 (vinte e cinco) anos em diante. **b)** A



359 área desejada deverá ser entre 1.800 m² (mil e oitocentos metros quadrados) a
360 2.000 m² (dois mil metros quadrados). **c)** Necessário definir a capacidade do
361 auditório, pois este fator é o que vem, também, dificultando a compra nos últimos
362 anos. **d)** A localização do imóvel deverá ser próxima a estações de metrô e com
363 farta oferta de linhas de ônibus, em bairros centrais e que ofereçam segurança. **e)** O
364 imóvel poderá estar localizado em prédios comerciais ou, eventualmente, em casas
365 que atendam aos critérios, mas deve-se considerar o custo de adaptação, ou seja, o
366 valor investido na compra do imóvel e o custo da sua adaptação. **f)** Há também a
367 possibilidade de compra de um terreno, mas é pouco provável, pois, também se
368 deve considerar o tempo de sua execução da obra, ou seja, a data entre a aquisição
369 do terreno e o término da construção. Este processo demandaria tempo, pois todas
370 as fases seriam licitadas, ou seja, seriam entre 04 (quatro) e 05 (cinco) anos para a
371 execução total. Pelo que foi exposto em termos de inadequação dos imóveis
372 utilizados atualmente, seria pouco eficiente que o CRP tivesse que aguardar todo
373 esse tempo, embora seja uma possibilidade, considerando que o CRP tem dinheiro
374 em caixa suficiente e uma construção possibilitaria ter um imóvel que atenda melhor
375 às necessidades do CRP do que uma compra de um imóvel construído. **g)** A
376 apresentação das propriedades ao CRP deverá ser sempre através de imobiliárias
377 e/ou corretoras/es pessoa física, que serão cadastrados em nosso site e deverão ter
378 o devido registro no CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis. **h)** A
379 eventual comissão envolvida na transação do imóvel será feita através de
380 negociação direta entre a/o proprietária/o do imóvel (vendedora/or) e corretora/or
381 e/ou imobiliária. **i)** A aquisição do imóvel será precedida de avaliação imobiliária feita
382 por órgão especializado em avaliação, além de pesquisa junto ao arquivo geral da
383 Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP quanto ao histórico da propriedade e
384 regularidade da mesma. Dessa forma, propõe-se que seja constituído um grupo para
385 realizar trabalho envolvendo a possível compra. Diógenes Pepe, como gerente, e
386 Vinicius Cesca de Lima, como tesoureiro, devem compor o grupo e seriam os
387 responsáveis. Considerações do plenário: **1)** Aponta-se que a CACI - Comissão de
388 Auditoria e Controle Interno poderia participar desse grupo e, dessa forma,
389 Guilherme Rodrigues Raggi Pereira coloca-se a disposição para compô-la
390 representando o CACI. **2)** Há manifestação de que a CACI não deve compor esse
391 GT, ressaltando-se que o conselheiro Guilherme Raggi Pereira poderia participar,
392 mas não enquanto representante da Comissão. **4)** Há também manifestação em
393 defesa da participação da CACI, argumentando que é uma Comissão que tem ficado
394 à margem das atividades do CRP por não possuir regulação. Nesse sentido,



395 informa-se que foram procuradas definições de auditoria e controle interno e uma
396 das definições localizadas é função de zelar pelo andamento do processo, seja
397 financeiro, contábil ou operacional. Assim, deve-se começar a pensar nessa
398 comissão e de sua necessidade de regulamentação. É importante que essa
399 Comissão se constitua externamente aos grupos, para poder verificar o trabalho
400 feito, mas é momento de construção. **6)** Defende-se que as funções desse GT e da
401 CACI são dependentes e que dizem respeito, inclusive, à questão da transparência,
402 o que deveria ser visto como impeditivo para se ter representação da CACI no GT.
403 **7)** Entende-se que com os argumentos apresentados, é importante a participação da
404 CACI no GT. **8)** Edgar Rodrigues ressalta que se trata de uma atividade com a qual
405 possui afinidade e passará por processo similar para a reforma em Assis, assim,
406 propõe fazer parte do grupo. **9)** Evelyn Sayeg se coloca a disposição para compor o
407 grupo de trabalho. **10)** No caso de conselheiras/os das Subsedes, manifesta-se
408 preocupação em relação a serem colocados em situações que demandem
409 deslocamento a São Paulo com mais regularidade, inclusive pensando nos custos e
410 no tempo do deslocamento. Entendendo-se que essa é uma questão que deve ser
411 levada em conta. **11)** Defende-se a participação à distância para quem não resida
412 em São Paulo e, quando for necessária a participação presencial, essa pode ser
413 articulada para momentos em que esse membro já esteja na cidade. Sendo possível
414 à distância, por exemplo, analisar plantas. **12)** Há posicionamento de que, uma vez
415 que esse GT pode ter relação com o contrato da compra do imóvel, a CACI não
416 deve compô-lo. **13)** Questiona-se qual foi o estudo realizado para que se garanta
417 que este imóvel atenderá às necessidades da entidade pelos próximos 25 anos,
418 ressaltando que quando houve a mudança para o imóvel da Arruda Alvim, esse
419 espaço também já não atendia às necessidades na época. **14)** Questiona-se sobre a
420 capacidade indicada para o auditório, se já houve a demanda de 300 (trezentas)
421 pessoas em uma atividade. A respeito do exposto pelo plenário, Vinicius Cesca de
422 Lima esclarece que para pensar na constituição do grupo devem-se levar em
423 consideração dois elementos: a elaboração dos critérios e a questão operacional.
424 Assim, pontua que a distância geográfica não atrapalha o que concerne ao primeiro
425 elemento, mas pensando no processo operacional, é importante ter gente compondo
426 o grupo que seja da região da Sede. Questiona ao plenário se há oposição à CACI
427 compor o GT. Explica, ainda, que o grupo terá como tarefa apresentar uma proposta
428 ao plenário que, se aprovada, o GT será desfeito. Como a Comissão participará
429 somente desse processo preliminar, ou seja, pré-deliberativo, não há conflito de
430 interesses. O gerente geral, Diógenes Pepe explica os critérios que foram utilizados



431 para definir o espaço desejado para o próximo imóvel. Ressalta também que é
432 importante que se contabilize as áreas que efetivamente podem ser utilizadas, pois
433 no imóvel atual há terraços, varandas e corredores que constam como áreas úteis,
434 mas que não possuem possibilidade de serem utilizadas pelo CRP. Sobre a questão
435 da capacidade do auditório, Camila Teodoro Godinho explica que frequentemente há
436 mais de 300 (trezentos) inscritos nos eventos, que o setor de eventos fica na
437 expectativa de que muitos não compareçam, para não exceder a capacidade
438 máxima. Cita também que há a questão das saídas de emergência que não são
439 adequadas no espaço atual. O conselheiro tesoureiro destaca que já foram
440 realizados eventos com mais de 500 (quinhentos) escritos, mas pondera que é
441 possível solicitar ao departamento de eventos que apresente um levantamento da
442 quantidade de público que o CRP teve nos últimos dois anos (2015 e 2016), para
443 que se tenha um parâmetro do número de inscritos e número de participantes. Sobre
444 a participação de conselheiras/os de fora da jurisdição da sede, pontua que há
445 coerência nas duas defesas. À luz do que há de acúmulo sobre a necessidade de
446 evitar gastos que pensamos exorbitantes e desnecessários, mas também das
447 questões que podem ter participação à distância, e pontualmente presencial, aliado
448 a outras atividades. Assim, entende que não se deve cercear a participação pelo
449 fator do custo, mas adequá-la. Aristeu Bertelli da Silva, a respeito do estudo do setor
450 de eventos, recorda que em alguns o próprio setor questionava se haveria limite de
451 inscrições, o que pode enviesar o estudo. Mas cientes desse fator, lhe parece
452 plausível o levantamento, solicitando que indiquem quais são esses eventos que
453 tiveram limite imposto de participação. Vinicius Cesca de Lima explica que Eventos
454 já possui um levantamento sobre as temáticas que chamam uma maior quantidade
455 de participantes. Diógenes Pepe informa que será divulgado no site do CRP SP a
456 procura por um novo imóvel, para que as imobiliárias e corretores se cadastrem e
457 apresentem propostas. Informa que para a Subsede de Campinas já foi feito dessa
458 forma. **Encaminhamento: (I)** O plenário aprova a formação do GT para compra do
459 novo imóvel da Sede do CRP SP. O grupo será composto por: Gerência Geral
460 (Diógenes Pepe), tesouraria (Vinicius Cesca de Lima), Evelyn Sayeg, Edgar
461 Rodrigues, e representante da CACI (Guilherme Rodrigues Raggi Pereira). **(II)** Deve-
462 se solicitar ao Departamento de Eventos que apresente um levantamento da
463 quantidade de público que o CRP teve nos últimos dois anos (2015 e 2016), para ter
464 um parâmetro do número de inscritos e número de participantes. Devem também
465 indicar em quais dessas atividades havia limite de inscrições. **VIII)**
466 **RECOMPOSIÇÕES DE COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, GRUPO DE**



467 **TRABALHO E COLETIVOS INTERNOS 8.1-) Subsele Assis** – Propõe-se a
468 inclusão de Juliana Cristina Bessa (CRP 06/114392) e Mayara Aparecida Bonora
469 Freire (CRP 06/120511) como membros na Comissão Gestora da Subsele de Assis.
470 Ambas são colaboradoras desde a última gestão e compunham o núcleo de Saúde.
471 Mayara representa o CRP no Fórum dos Conselhos Atividades Fim da Saúde –
472 FCAFS. **Encaminhamento:** A proposta de inclusão apresentada foi aprovada pelo
473 plenário. **8.2) Subsele São José do Rio Preto** - Propõe-se a exclusão de Carlos
474 Eduardo Medeiros (CRP 06/122494) enquanto colaborador da Comissão Gestora da
475 Subsele de São José do Rio Preto. **Encaminhamento:** Aprova-se a exclusão do
476 colaborador, registrando que o mesmo havia ingressado recentemente, mas que
477 solicitou a exclusão por razões particulares. **8.3) Núcleo Gestor Metropolitano** -
478 Propõe-se a inclusão de Maria Rozineti Gonçalves (CRP 06/39077) enquanto
479 membro do Núcleo Gestor Metropolitano. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão
480 de Maria Rozineti Gonçalves como membro do Núcleo Gestor Metropolitano. **8.4 -)**
481 **Comissão de Ética** - Propõe-se a inclusão como colaboradora da Comissão de
482 Instrução Tayná Alencar de Souza (CRP 06/83455) – Baixada Santista e Vale do
483 Ribeira. **Encaminhamento:** O plenário aprova a indicação para composição da
484 Comissão de Ética. **8.5 -) Comissão de Orientação e Fiscalização** – Indica-se a
485 inclusão de colaboradoras para a COF na Subsele Vale do Paraíba e Litoral Norte
486 de Ana Ferri de Barros (CRP 06/81348) Ellen Rocha de Oliveira (CRP 06/103249).
487 Indica-se a inclusão de colaboradoras para a COF na Subsele de Campinas de
488 Cibele Sanches (CRP 06/68323). Indica-se a inclusão como membros para a COF
489 na Sede de Gustavo de Lima Bernardes Sales (CRP 06/87121) e Lívia Gonsalves
490 Toledo (CRP 06/81872). Considerações do Plenário: **a)** Problematisa-se a inclusão
491 de membros da COF que também participam da COE. Essas indicações também
492 vão à contramão da descentralização, considerando que se trata de psicóloga e
493 psicólogo de regiões de subseles. A descentralização é muito cara ao projeto
494 político desta gestão, especialmente se tratando da Comissão de Orientação e
495 Fiscalização, que já conseguiu avançar na descentralização, pois configura um
496 retrocesso. **b)** Indica-se que há uma deliberação de Congresso no sentido de
497 regionalizar (que é algo necessário para descentralização, mas não suficiente) e de
498 descentralizar as atividades. Exemplifica-se que a COE é regionalizada, mas não
499 descentralizada. Enquanto a COF já está mais avançada com a descentralização.
500 Assim, é importante que se tenha ações de COF nas regiões, mas que haja uma
501 articulação estadual. **c)** Entende-se que há necessidade de aprofundar o debate
502 sobre a regionalização e descentralização. Da forma como foi apresentada a



503 proposta de inclusão, Livia Gonsalves Toledo contribuiria na sede, mas não na
504 região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, onde reside, o que iria contra o princípio
505 da descentralização. Dessa forma, solicita-se que seja adiada a decisão sobre a
506 entrada desses colaboradores, a fim de que se pense em como será feita a
507 descentralização e regionalização. **d)** Entende-se que os dois indicados podem
508 contribuir nas regiões, pensando inclusive na economicidade. **e)** Pontua-se que
509 podem ser considerados outros nomes para a sede. Sugere-se, assim, os nomes de
510 Guilherme Luz Fenerich (CRP 06/77938) e Gabriela Gramkow (CRP 06/78662). **f)**
511 Expõe-se que é necessário que a COE e a COF verifiquem suas composições, pois
512 não se considera viável e coerente colocar as mesmas pessoas nas duas
513 Comissões. Assim, sugere-se que as duas Comissões se reúnam e acordem sobre
514 as suas composições, trazendo a discussão para referendar os nomes na plenária
515 ordinária de dezembro ou de janeiro. **g)** Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa
516 que essas pessoas se auto indicaram para participar da COF estadual e que não se
517 atentou para essa questão de residirem em regiões da subsede e participarem da
518 COE. Está de acordo que ele e Andrea Mataresi, enquanto presidentes das
519 Comissões de Orientação e Fiscalização e de Ética se reúnam a fim de discutir
520 essas questões que envolvem COE e COF. Comenta ainda que pretendia incluir
521 Maria Cristina Barros Maciel Pellini (CRP 06/27071) para colaborar na COF devido a
522 seu acúmulo em alguns assuntos específicos. **g)** Lembra-se que há subsedes que
523 não têm pendências na Comissão de Instrução, mas que é necessário que se
524 considere as Subsedes que possuem muitas instruções em atraso. Portanto, solicita-
525 se que, pontualmente, se permita de colaboradoras/es estarem nas duas
526 Comissões. **h)** Informa-se que houve estranhamento da Comissão Gestora da
527 Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte sobre a indicação do nome de Livia
528 Gonsalves Toledo para compor a COF, pois não compreendiam a origem do convite.
529 Ressalta-se, ainda, que não se trata de uma personalização da questão, pois não há
530 qualquer objeção à psicóloga. **i)** Indica-se que não se aprove o nome de Gustavo de
531 Lima Bernardes Sales, para que seja possível consultá-lo e compreender melhor a
532 questão da participação enquanto colaborador na sede. Indica-se a inclusão de
533 colaboradoras/es para a COF na Sede de Maria Emília Lopuff dos Santos (CRP
534 06/24170) Gean Matias Bezerra (CRP 06/115019), Gabriela Amanda Silva (CRP
535 06/43425) e Hely Aparecida Zavattaro (CRP 06/104680), que são ligados à área de
536 Psicologia Organizacional e do Trabalho, e de Maria Tereza Campos (CRP 06/4005)
537 e Regiane Ribeiro de Aquino (CRP 06/65359), ligadas à área do Trânsito. Indica-se
538 a inclusão de colaboradoras/es para a COF na Subsede de Sorocaba de Eliane



539 Cristina Dias de Almeida (CRP 06/81767), que trabalha com política de Assistência
540 Social no município de Araçoiaba, e Gabriela Campos dos Santos (CRP 06/123763),
541 que trabalha com redução de danos. Encaminhamentos: **1)** O plenário aprova a
542 inclusão de todos os nomes conforme indicado, à exceção de Gustavo de Lima
543 Bernardes Sales (CRP 06/87121) e Lívia Gonsalves Toledo (CRP 06/81872). **2)** As
544 Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização deverão apresentar proposta
545 escrita e clara sobre o funcionamento dessas duas comissões, considerando o
546 Planejamento Estratégico. Os nomes de Gustavo de Lima Bernardes Sales e Lívia
547 Gonsalves Toledo não serão aprovados até que se tenha a proposta dessas
548 Comissões. **3)** Fica o indicativo de que é importante que as subsedes tenham mais
549 membros de Comissão de Instrução – CI do que colaboradoras/es, pois a reunião de
550 apresentação de pareceres é necessária em todas as subsedes, pois são realizadas
551 em Subsede diversa de onde ocorreu a fiscalização. Também não podem compor a
552 mesma Comissão de Instrução, pessoas que possuem vínculos familiares. **8.6)**
553 **Comissão de Direitos Humanos** – Propõe-se a inclusão dos seguintes membros
554 Bruno Simões Gonçalves (CRP 06/109975), Fernando Luiz Zanetti (CRP 06/76356),
555 Gustavo de Lima Bernardes Sales (CRP 06/87121), Jeanne Morais Neres (CRP
556 06/116108), Maria de Fátima Nassif (CRP 06/6894), Maria Orlene Daré (CRP
557 06/3330) e Pedro Paulo Sammarco Antunes (CRP 06/66066). Indica-se como
558 coordenadora adjunta Jeanne Morais Neres (CRP 06/116108). Informa-se, ainda,
559 que na última reunião da comissão, realizada em 03 de novembro, foi discutida a
560 importância de a CDH ter uma coordenação adjunta, visto que isso acontecia na
561 gestão anterior e indicou-se que a coordenação adjunta será feita por Jeanne Morais
562 Neres (CRP 06/116.108) por um prazo de seis meses. Após esse período, a CDH
563 reavaliará se deve ser conduzida a continuidade dela nessa função ou se outro
564 membro deverá assumir esse papel por outros seis meses. **Encaminhamento:** O
565 plenário aprova a os nomes de Bruno Simões Gonçalves (CRP 06/109975),
566 Fernando Luiz Zanetti (CRP 06/76356), Gustavo de Lima Bernardes Sales (CRP
567 06/87121), Jeanne Morais Neres (CRP 06/116108), Maria de Fátima Nassif (CRP
568 06/6894), Maria Orlene Daré (CRP 06/3330) e Pedro Paulo Sammarco Antunes
569 (CRP 06/66066) para serem membros da Comissão de Direitos Humanos. Explica-
570 se que não há necessidade de ser conselheiro para exercer a coordenação adjunta
571 de Comissão, portanto, aprova-se o nome de Jeanne Morais Neres (CRP
572 06/116108) como coordenadora adjunta da Comissão de Direitos Humanos. **8.7)**
573 **Grupo de Trabalho sobre Digitalização dos Processos** – Aristeu Bertelli da Silva
574 pondera que considerando o que este plenário está pensando acerca da criação de



575 Grupos de Trabalho, entende ser importante a constituição de um GT específico,
576 que alguns das/os conselheiras/os deste pleno já conhecem, que é a burocracia de
577 se trabalhar com processos físicos, com uma enorme quantidade de papel. Entende
578 que os membros da COE e da COF também podem comentar um pouco em como
579 funcionam esses processos, já exemplificando que para o envio de cópias, é
580 necessário que um trabalhador seja deslocado a somente providenciar essas cópias
581 para encaminhar. Assim, o que traz a plenária é uma questão dos custos, inclusive.
582 Alude que o Sistema de Justiça já têm trabalhado com processos digitalizados que
583 ficam acessíveis as partes a partir de senhas, o que evita perda de tempo com a
584 burocracia, bem como deslocar trabalhadores para funções que não seriam mais
585 necessárias. Ressalta, ainda, que não há como deliberar desde já digitalizar todos
586 os processos, pois é necessário entender que se está dentro de um sistema,
587 portanto, as políticas precisam acontecer de forma sistemática, ou seja, precisam
588 acontecer no sistema como um todo. Assim, traz a sugestão de criação de um GT
589 que terá como tarefa subsidiar a defesa da digitalização dos processos, que deverá
590 ser uma pauta comum entre COE e COF. Assim, esse grupo subsidiaria o plenário
591 para que se discuta essa pauta. Reforça que digitalização não significa apenas
592 digitalizar o processo físico, ou seja, não é do ponto de vista da biblioteconomia,
593 mas do ponto de vista inclusive da prática jurídica, que isso possa se transformar em
594 um processo digitalizado aberto às partes, assim como acontece no Tribunal de
595 Justiça e na Defensoria Pública da União. Ressalta a importância de que esse grupo
596 trabalhe com subsídios jurídicos, para que se encaminhe estudo para a construção
597 de processos digitalizados no Sistema Conselhos, para que seja apresentado na
598 APAF de maio de 2016. Vinicius Cesca de Lima explica que nesse caso, assim
599 como foi para constituição do GT para compra no imóvel da Sede, pela própria
600 configuração de ter um trabalho específico a ser entregue, pode ser chamado de
601 GT, ou seja, tem a lógica de uma tarefa pontual. Aristeu Bertelli da Silva indica que
602 não subsidiou o plenário sobre essa pauta, mas que poder-se tirar o indicativo de
603 que COE e COF indiquem membros para comporem esse GT, caso o pleno
604 concorde com a constituição do GT, e na próxima plenária essas Comissões fazem
605 as indicações de nomes para compor o grupo. **Encaminhamento:** Aprovada a
606 constituição do GT Digitalização de Processos, que deverá ser composto por
607 membros das Comissões de Ética e de Fiscalização e Orientação. Essas Comissões
608 deverão fazer suas indicações de representantes na Plenária Ordinária que será
609 realizada em 12 de dezembro de 2016. **IX) REPRESENTAÇÕES EM ENTIDADES /**
610 **ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL – 9.1) Conselho Municipal de Saúde pelo**



611 **Fórum dos Conselhos Atividade Fim Saúde - FCAFS** - Camila Teodoro Godinho
612 informa que a psicóloga Graça Maria de Carvalho Camara solicitou seu
613 desligamento do Conselho Municipal de Saúde, enquanto representante do CRP SP
614 indicada pelo FCAFS - Fórum dos Conselhos Atividades Fim da Saúde. Informa-se
615 que atualmente o segmento dos trabalhadores tem duas cadeiras efetivas e duas
616 suplentes no CMS, que são indicadas pelo FCAFS, dentre as entidades que o
617 compõem. O FCAFS definiu então que a composição das cadeiras que possui no
618 CMS se daria da seguinte forma: 1) Titular: Conselho Regional de Psicologia de São
619 Paulo; Suplente: Conselho Regional de Biomedicina; e, 2) Titular: Conselho
620 Regional de Fonoaudiologia de São Paulo; Suplente: Conselho Regional de
621 Nutrição. Portanto, a substituição do nome de Graça Maria de Carvalho Camara,
622 enquanto representante deste CRP SP deve ser informada ao FCAFS, que
623 informará a recomposição para o CMS de São Paulo. Evelyn Sayeg indica a
624 psicóloga Joana Paula Camilo Pagliarini (CRP 06/100858) para assumir essa
625 representação. Explica que a forma como o CMS distribui as vagas no segmento
626 dos trabalhadores é questionável, que era possível solicitar essa indicação pelo do
627 Sindicato, por exemplo. Maria das Graças Mazarin de Araújo informa que a Subsele
628 de São José do Rio Preto conseguiu vaga no CMS desse município pela primeira
629 vez, sendo titular e tendo o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo como
630 suplente. **Encaminhamento:** O plenário referendou o nome da psicóloga Joana
631 Paula Camilo Pagliarini (CRP 06/100858) enquanto representante deste CRP SP no
632 Conselho Municipal de Saúde de São Paulo. Dessa forma, deve-se oficializar o FCAFS
633 - Fórum dos Conselhos Atividades Fim da Saúde sobre a alteração, para que
634 providenciem o informe ao CMS. **9.2) Frente Estadual Antimanicomial** - Ed Otsuka
635 informa que a Frente Estadual da Luta Antimanicomial é formada por entidades e
636 representantes de movimentos sociais. Cerca de 120 (cento e vinte) entidades são
637 signatárias da Carta que a orienta, sendo uma dessas entidades o CRP SP, que a
638 compõe desde a sua origem. No entanto, essa representação, atualmente, não está
639 sendo efetivada. Faz defesa de que o CRP faça indicação de representante nessa
640 Frente, uma vez que também se trata de um espaço de aproximação com os
641 movimentos sociais, que apresentam pautas condizentes os posicionamentos do
642 CRP SP. Não se trata apenas da questão da luta no campo da saúde mental, mas
643 também dos Direitos Humanos. A Frente é um espaço importante para dialogar e ter
644 mais proximidade com os movimentos que participam. O conselheiro presidente
645 pondera que é importante recuperar o histórico do CRP SP nesse espaço. O último
646 plenário propôs que a Frente fosse acompanhada por três pessoas: Reginaldo



647 Branco da Silva, Sergio Augusto Garcia e Daniela Stazack. Seu entendimento é que
648 se deve retomar essa atividade e compor representação. Fala da periodicidade de
649 reuniões ordinárias da Frente que são realizadas aos sábados, coincidindo com as
650 plenárias, assim seria conveniente ter mais de uma pessoa indicada. Cita ainda que
651 alguns membros do plenário participam ou já participaram das reuniões, como Ed
652 Otsuka, Evelyn Sayeg, Aristeu Bertelli da Silva e Mauricio Iwai. Evelyn Sayeg conta
653 que foi representante de um movimento, mas pediu desligamento dessa
654 representação quando assumiu a gestão do CRP, por entender que poderia haver
655 conflito, mas segue acompanhando as atividades da Frente. Informa que a Frente
656 surgiu em 2011, formada por entidades do estado de São Paulo e tem como pauta a
657 luta antimanicomial. Esse surgimento se deu pela cisão de dois grupos da Luta.
658 Assim, a Frente surge como um elo entre esses grupos para, prioritariamente, dar
659 conta da organização das atividades da Semana da Luta Antimanicomial. O CRP é
660 apoiador da Luta Antimanicomial e tem esse papel de compor com a repactuação
661 desses movimentos. Para representar o CRP nesse espaço, sugere o nome de
662 Rodrigo Presotto, pela sua atuação em Campinas, mas que deve ser articulada
663 dentro do panorama geral do estado, o que poderia ser feito com o apoio de Clarice
664 Pimentel Paulon nessa representação. Ed Otsuka conta que há uma questão na
665 Frente que é de criar núcleos com autonomia e independência nas diversas regiões
666 do estado e, assim, entende que é importante que se construa essa capilaridade.
667 Portanto, apoia a indicação de Rodrigo Presotto, considerando a questão da
668 interiorização. Conta que o conselheiro Mauricio Iwai, que não está presente nesta
669 plenária, já tem participado da Frente por outra instituição. Nesse sentido, apoia
670 também a sugestão do nome de Clarice Pimentel Paulon, pois ela possui histórico
671 na saúde mental e, dessa forma, se garantiria uma representação forte entre as
672 entidades. Aristeu Bertelli da Silva comenta que entende a indicação de Rodrigo
673 Presotto, e, como é necessária mais de uma indicação, apoia o nome de Clarice
674 Pimentel Paulon que pode colaborar com o diálogo com a Frente. Rodrigo Presotto e
675 Clarice Pimentel Paulon agradecem suas indicações e aceitam representar o CRP
676 SP na FEASP. Rodrigo Presotto informa que é membro do Fórum Paulista de Luta
677 Antimanicomial atualmente que se reúnem ora na capital ora em cidades do interior.
678 O V Encontro Estadual da Luta Antimanicomial será em 06 de dezembro, na UNESP
679 Rio Claro, onde o Conselho tem como maior protagonista na organização a
680 psicóloga Suely Castaldi Ortiz da Silva que também acompanha o movimento da luta
681 na região. Concorde que se mantenha a representação sendo feita por duas
682 pessoas. Ressalta que o CRP participou da construção dessa trajetória, inclusive do



683 nosso movimento, em que o grupo político apoiou, segundo relatos, um dos
684 movimentos cindidos da luta antimanicomial, o que acarretou consequências para o
685 outro movimento, que não pode utilizar a sede do CRP para realizar suas reuniões e
686 atividades. Não estava presente nesse momento, mas os relatos são nesse sentido,
687 assim, existe essa questão que é algo que o CRP ainda carrega. Quando foi lançada
688 a candidatura da atual gestão, foi citado o movimento e imediatamente houve
689 chamamento para a responsabilidade, não no sentido de prestar conta, mas do
690 entendimento de que houve esse fato e seria interessante de neste momento ter a
691 possibilidade de reconstruir uma relação baseada na interlocução com os diferentes
692 movimentos sociais que compõem a Frente. Relata que o Fórum Paulista algumas
693 vezes se reúne aos sábados, bem como este plenário também realiza suas
694 plenárias ordinárias aos sábados, então é importante ter revezamento, para garantir
695 que não haverá prejuízo na representação. Entende que ter mais de uma pessoa na
696 representação é positivo também no sentido de pensar nos possíveis
697 encaminhamentos necessários. Evelyn Sayeg complementa ainda que tem sido feito
698 diálogo com o Núcleo da Frente em Santos por ela mesma e por Mary Ueta, para
699 verificarem o modo de participação. Relata que os movimentos da luta
700 antimanicomial foram os que mais apoiaram a eleição desta gestão e, assim, o
701 plenário pode agora somar esforços pela luta antimanicomial. **Encaminhamento:** O
702 plenário aprova que a representação do CRP SP na Frente Estadual da Luta
703 Antimanicomial deverá ser feita por Rodrigo Presotto e Clarice Pimentel Paulon.
704 Essa representação deverá respeitar a autonomia da Frente, não cabendo ao CRP
705 SP o papel de tutelar as ações. Caso surjam situações de divergência, recomenda-
706 se que os representantes do CRP SP possam agir como moderadores, tendo como
707 base também as deliberações dos Congressos Regional e Nacional da Psicologia.
708 **X) TRANSPARÊNCIA** – Aristeu Bertelli da Silva comenta que já há indicação de
709 pessoas que cuidarão da pauta da transparência, que são o conselheiro tesoureiro
710 Vinicius Cesca de Lima, com o apoio da gerência geral e do webmaster do CRP SP.
711 Vinicius Cesca de Lima informa sobre cenário: a pauta transparência decorre,
712 sobretudo, de uma demanda legal, por uma Lei datada de 2011. Em Ata, registros
713 demonstram que o CRP SP já vem discutindo o assunto desde 2012. O CRP SP
714 decidiu em dado momento avançar com a pauta, independente do Conselho
715 Federal, uma vez que este não estava caminhando com a discussão dentro do
716 Sistema Conselhos. Propõe que seja constituído um grupo de trabalho para cuidar
717 desta pauta. Informa que o TCU realizou auditoria nos Conselhos Profissionais para
718 verificar se estavam cumprindo a Lei, e apontaram um conjunto de irregularidades.



719 O Acordão TCU 96/2016 estabeleceu um prazo para que o CFP e o Sistema
720 Conselhos se adequassem. A partir disso, o CRP SP fez um Plano de Ação para o
721 cumprimento das adequações, cujo prazo expira em 28 de novembro. Informa que a
722 decisão de divulgar também as pautas e deliberações dos diversos coletivos deste
723 CRP SP foi uma deliberação do XIV Plenário do CRP SP datada de junho e,
724 portanto, a este pleno cabe apenas execução do que foi deliberado. A esse respeito,
725 reitera o pedido para que sejam disponibilizados os registros das reuniões realizadas
726 a partir do dia 23 de setembro, para que seja possível incluir no site dentro do prazo.

727 Considerações do plenário: 1) Beatriz Mattos está de acordo com a criação do GT e
728 se candidata a compô-lo. 2) Indica-se que a responsabilidade da transparência é
729 uma diretriz no processo de trabalho e que deve ser considerada com ou sem a
730 determinação legal. 3) Mostra-se preocupação quanto à plataforma atualmente
731 constituída com a finalidade de disponibilização dos registros. 4) Comenta-se que é
732 necessário que sejam definidos critérios que facilitem pensar na questão da
733 transparência, considerando que muitas instâncias alinhadas a políticas sociais mais
734 progressistas estão sendo perseguidas. Assim, o estabelecimento desses critérios
735 poderia padronizar e facilitar a missão de levar as informações ao público e evitar
736 que o CRP seja cobrado por questionamentos eventuais. 5) Indica-se que há
737 processos em discussão na COE que não cabem a divulgação, mas a pauta da
738 transparência se refere a decisão tomada e não à discussão realizada em si. Para o
739 registro interno, é importante a discussão, mas para divulgação no site cabe
740 somente o registro do encaminhamento. 6) Reflete-se que todos do plenário têm
741 compromisso com a transparência, mas a questão latente no momento é o prazo,
742 que é até o final de novembro. É necessário discutir a transparência e em que
743 medida apenas disponibilizar item por item em todos os lugares não reflete
744 plenamente transparência. Parte das atividades realizadas são estratégias, e a lei de
745 acesso à informação coloca ao CRP o mínimo que precisa ser disponibilizado.
746 Portanto, cabe ao CRP assegurar as informações que devem ser reservadas, ou
747 seja, que é necessário que se resguarde o sigilo. O CRP precisa atender ao disposto
748 em lei, assim, concorda que não sejam disponibilizadas informações pormenorizadas,
749 mas que se atente ao mínimo que deve estar disponível. 7) Entende-se necessária a
750 construção de ouvidoria, para a qual deve estar marcado o caráter de exterioridade.
751 8) Comenta-se que na COF também houve preocupação quanto aos dados que
752 ficarão disponíveis e o que será feito pela assistente de administração do respectivo
753 setor é um resumo, que será aprovado oportunamente para que seja divulgado. 9)
754 Indica-se que as pessoas têm possibilidade de solicitar as informações mais



755 completas e, se pertinente, essas também deverão ser disponibilizadas. Vinicius
756 Cesca de Lima informa que a maior parte dos coletivos já inseriu as informações e
757 que este material já está na base de dados, portanto, já pode ser disponibilizado
758 internamente. Indica ainda que é necessário aprimoramento, no método, que ainda é
759 provisório. Reforça o apelo de colaboração de que sejam inseridos os registros de
760 quem ainda não fez. Informações que contemplem a deliberação, sem descrição de
761 nomes. Atenta também que sempre é a entidade quem se coloca. Assim, não é
762 necessário expor informações que podem gerar problemas e deve-se ter o cuidado
763 de resguardar as pessoas. Entende que o GT poderia ir construindo esse método e,
764 conforme avançarem nesse sentido, comunicarem ao plenário. **Encaminhamento:**
765 Mantém-se o encaminhamento de que seja cumprido o solicitado pela lei. O
766 formulário online deverá ser preenchido pelos coletivos do plenário sobre as pautas
767 e encaminhamentos de suas reuniões. Aprova-se o nome de Beatriz Mattos para
768 compor o Grupo de Trabalho que cuidará da pauta da transparência no CRP SP. O
769 GT também será composto por Vinicius Cesca de Lima, enquanto tesoureiro, o
770 webmaster Adolfo Benevenuto e o gerente geral, Diógenes Pepe. **XI) COMISSÃO**
771 **DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO** – Magna Damasceno informa que no ano
772 de 2014 foi realizada uma consulta ao Jurídico sobre a operacionalização da
773 Comissão de Auditoria e Controle Interno. A sua proposta é de fazer um estudo para
774 organizar o papel dessa Comissão, tornando-o mais claro e trazer à plenária para
775 deliberação. O jurídico apontou que o Manual de Controle Interno da Controladoria
776 Geral da União é importante subsídio para essa Comissão. Portanto, o CRP SP
777 deve instituir e regulamentar o controle interno. Aristeu Bertelli da Silva comenta que
778 se trata de uma atividade que interfere nas rotinas desta autarquia e que é
779 extremamente importante que caminhe junto ao jurídico e à gerência. Vinicius Cesca
780 de Lima sugere que, ao invés de normatização da Comissão de Auditoria, se
781 construa uma política interna e normativa a respeito da transparência, da
782 participação e do rigor da gestão. Devendo, assim, pensar em instrumentos
783 participativos de gestão e sugere ainda que a responsabilidade pela construção
784 desta minuta de política interna e normativa seja o GT Transparência e a Comissão
785 de Auditoria e Controle Interno, contando com subsídios jurídicos. Indica ainda que
786 após o início do trabalho do grupo pode ser possível pautar o assunto na APAF.
787 Diógenes Pepe, gerente geral, retoma que houve solicitação do CFP para que o
788 CRP SP informasse a posição consolidada deste Regional sobre a Comissão de
789 Auditoria e Controle Interno. Aponta ainda que ao final de cada ano é necessário um
790 relatório dessa Comissão. Magna Damasceno reforça que essa regulamentação



791 deve sair de uma construção coletiva. Assim, entende que se deve dar início ao
792 estudo e, após, encaminhar para deliberação da plenária. Pondera que o documento
793 deverá ficar pronto em cerca de um ano. **Encaminhamento:** O plenário aprova a
794 elaboração de uma Política Regional de Transparência, Participação e Rigor da
795 Gestão. Os responsáveis pela construção da minuta do documento serão a
796 Comissão de Auditoria e Controle Interno e o Grupo de Trabalho da Transparência e
797 contará com apoio jurídico. Indica-se que esse trabalho poderá subsidiar pauta, em
798 ocasião oportuna, na APAF. **XII) COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**
799 **– COF – 12.1) Coordenador(a) técnico(a) para a Comissão de Orientação e**
800 **Fiscalização** - O assunto foi discutido somente na presença das/os conselheiras/os
801 presentes. **12.2) Coaching e Psicologia** – Guilherme Rodrigues Raggi informa que
802 a COF já possui uma proposta de texto para ser apresentada sobre o tema. No
803 entanto, pontua que conversou com Graça Mazarin e entendeu-se que o documento
804 ainda precisa ser trabalhado. Camila Teodoro Godinho sugere, então, que o texto
805 seja pautado em reunião de COF, para ser trabalhado com auxílio das/o assistentes
806 técnicas/os e, somente após, se volte a pautar o ponto em plenária para deliberação.
807 Enquanto isso, a orientação às/os psicólogas/os deveria permanecer inalterada.
808 **Encaminhamento: 1)** Aprovada a sugestão de que o assunto ‘coaching’ seja
809 pautado em reunião de COF para adequações e, após, ser novamente pautado em
810 plenária, em dezembro, pois essa será realizada antes da próxima APAF, onde o
811 assunto estará pautado. **2)** A orientação às/aos psicólogas/os segue inalterada.
812 **12.3) Fiscalização Casa de Saúde Nossa Senhora do Caminho** – Evelyn Sayeg
813 conta que o CRP SP foi convocado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo
814 para uma reunião sobre a fiscalização realizada em 2012 na Casa Nossa Senhora
815 do Caminho. Nessa fiscalização, diversos problemas foram identificados. Durante
816 essa reunião, o CRP SP propôs uma nova fiscalização para atualizar os dados
817 coletados na fiscalização de 2012, de inadequação e violação dos Direitos
818 Humanos. O Conselho Regional de Medicina, que estava representado pelo
819 presidente Guilherme Messi, foi solicitado a também fiscalizar. Sobre a conjuntura, o
820 MP fez recomendação de não ter convênio do SUS nesse manicômio, que tem 120
821 (cento e vinte) leitos, sendo que 90 (noventa) estão ocupados. Essa recomendação
822 também impedia que fossem recebidos pacientes privados. Conta que a reunião foi
823 tensa e que a assistente técnica Christina Zeppini também participou. Em reunião de
824 COF, realizada no dia 27/10/16, encaminhou-se ao plenário a questão, para que
825 pudesse tomar essa decisão e, caso decidam por não realizar a nova fiscalização,
826 que indique qual a medida deverá ser tomada. Na COF, as/o assistentes técnicas/o



827 estavam com receio de que o CRP ficasse como executora do Ministério Público.
828 Ainda, na reunião da COF, deliberou-se que fosse realizada reunião com a Frente
829 Estadual Antimanicomial e a Prefeitura de São Paulo, a fim de verificar seus
830 posicionamentos. Na reunião realizada com a FEASP deliberou-se o contato com o
831 Condepe - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e a
832 aproximação com o CES SP – Conselho Estadual de Saúde de São Paulo. Para a
833 reunião com a Prefeitura, agendada para o dia 16/11, também participarão os
834 movimentos sociais. Informa que em 11 de novembro, a Comissão de Orientação
835 Fiscalização recebeu da Diretoria a informação de que o MP já agendou a inspeção
836 conjunta para o dia 07 de dezembro de 2016, às 11h, conforme Ofício nº 1896/2016
837 sobre o Procedimento nº 921/2012, do MP. Assim, entende que outras entidades e
838 alguns movimentos sociais devem ser convidados para participar dessa fiscalização.
839 Aristeu Bertelli da Silva comenta que uma entidade de bairro é a dirigente dessa OS,
840 ou seja, é a primeira vez que uma entidade dessa natureza passa a coordenar um
841 serviço tão importante. Ressalta também que princípios são inegociáveis, ou seja, a
842 inserção da psicologia na luta antimanicomial vem justamente dos princípios.
843 Compreende a preocupação em realizar a nova fiscalização, mas é favorável a
844 realização de fiscalização a qualquer entidade de política asilar e de privação de
845 liberdade. Ressalta a importância do cuidado de realizar as indicações das
846 entidades que comporiam a fiscalização, ressaltando que é importante e necessária
847 a participação desses coletivos. Sugere-se ainda que seja indicado ao Ministério
848 Público que conte com a participação de psicólogo e de assistente social do
849 Ministério Público nessa fiscalização. **Encaminhamento: 1)** Deverá ser elaborado
850 Ofício ao Ministério Público do Estado de São Paulo sugerindo que sejam
851 convidados os seguintes movimentos sociais e entidades: **a)** SinPsi – Sindicato dos
852 Psicólogos do Estado de São Paulo; **b)** Frente Estadual Antimanicomial de São
853 Paulo; **c)** Movimento Nacional de Luta Antimanicomial; **d)** Movimento Nacional de
854 Direitos Humanos; **e)** Condepe – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da
855 Pessoa Humana. **2)** Considera-se ainda a sugestão ao promotor de que seja
856 também convidado o NAT - Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial do Ministério
857 Público do Estado de São Paulo, tendo em vista a expertise e o cuidado com a
858 questão. **XIII) ORGANIZAÇÃO DOS COLETIVOS INTERNOS DO CRP SP –**
859 Vinicius Cesca de Lima discorre que, conforme encaminhado ao plenário
860 anteriormente, possui três propostas: a) Modelo de organização do plenário; b)
861 Proposta de instâncias a serem criadas; c) Proposta de resolução para normatizar o
862 funcionamento das instâncias a serem criadas. Informa que seguiu o modelo dos



863 plenários anteriores e que entende ser fundamental ampliar a discussão das pautas,
864 a ocupação dos espaços políticos e que se garanta a transversalização. Em gestões
865 anteriores estava ocorrendo uma pulverização das discussões e não era raro que
866 esses grupos produzissem notas e orientações sem dialogar com a COF. Assim, o
867 modelo proposto busca avançar a partir da experiência desenvolvida no XIII
868 Plenário, com os projetos integradores, e no XIV Plenário, com os núcleos
869 temáticos. Assim, quanto ao “Modelo de organização” propõe: **a)** manter a
870 organização por núcleos temáticos, mas incorporar estratégias para a sua
871 transversalização; **b)** classificação dos núcleos em “setoriais” e “de defesa de
872 direitos”, de acordo com o tipo de tema a ser cuidado, sendo setoriais aqueles que
873 tratam de campos de atuação, como “saúde”, “educação”, “assistência social” etc.; e
874 “de defesa de direitos” aqueles que tratam da defesa de direitos específicos, como
875 “criança e adolescente”, “sexualidade e gênero”, “questões étnico-raciais” etc.; **c)** Os
876 núcleos setoriais passariam a compor a estrutura da Comissão de Políticas Públicas,
877 sendo este o espaço responsável por transversalizar os debates e agendas de todos
878 os temas setoriais; **d)** Os núcleos de defesa de direitos passariam a compor a
879 estrutura da Comissão de Direitos Humanos, sendo este o espaço responsável por
880 transversalizar os debates e agendas de todos os temas de defesa de direitos; **e)**
881 Para garantir a interlocução entre núcleos e comissões, cada núcleo setorial será
882 representado por um(a) membro na Comissão de Políticas Públicas e cada núcleo
883 de defesa de direitos será representado por um(a) membro nessa Comissão; **f)** A
884 CPP e a CDH ficariam responsáveis por transversalizar, entre si, os debates
885 setoriais e de defesa de direitos; **g)** A CPP e a CDH ficariam responsáveis pelo
886 diálogo com COE e COF, de modo que o conhecimento estratégico produzido por
887 COE e COF possa impactar os debates e agendas das Comissões e Núcleos, assim
888 como os debates das Comissões e Núcleos possam subsidiar o trabalho da COE e
889 da COF; **h)** As subsedes e a CPL se articulam com toda a estrutura formada por
890 COE, COF, CPP, CDH e seus núcleos; **i)** A criação de outra instância
891 transversalizadora: o Grupo de Trabalho “Exercício Profissional Enquanto Trabalho”
892 - GTE. O GTE cuidaria de três agendas, uma das quais é transversal: pensar o
893 exercício profissional a partir de “processos de trabalho” (conforme deliberações do
894 Corep e do CNP sobre o tema, assim como a proposta da plataforma política desta
895 gestão) e não por área de atuação ou por temas de defesa de direitos, em diálogo e
896 articulação com toda a estrutura, transversalizando o debate a partir desta
897 perspectiva. As outras agendas do GTE seriam: Condições e Relações de Trabalho
898 Necessárias à Qualidade Técnica e Ética do Exercício Profissional, em articulação



899 direta com COE e COF; e Gestão do Trabalho em Políticas Públicas enquanto
900 Defesa de Direitos Sociais, em articulação direta com a CPP. Ainda, deve-se ter
901 toda a máquina articulada. Quanto a “Proposta de instâncias a serem criadas”: A)
902 Em relação ao XIV Plenário, a proposta é **manter** os núcleos: 1) Assistência Social;
903 2) Educação; 3) Justiça; 4) Psicologia, comunicação e mídia; 5) Emergências e
904 desastres; 6) Criança e Adolescentes; 7) Sexualidade e Gênero; e, 8) Psicologia e
905 deficiência. **B)** Ainda em relação ao XIV Plenário, propõe-se: 1) Fundir os núcleos de
906 Saúde e de Álcool, Drogas e Medicalização em: Saúde; 2) Subdividir “Áreas
907 desafios” em “POT” e “Esporte”; 3) Subdividir “Questões da terra/raça/etnia” em
908 “Psicologia e questões raciais” e “Psicologia e povos tradicionais”; 4) Alterar
909 “Métodos e técnicas psicológicas” para “Psicoterapias”; 5) Alterar “Diversidade
910 epistemológica não hegemônica” para “Psicologia, Laicidade e Religiosidade”; 6)
911 Criar “Trânsito e mobilidade urbana”; 7) Extinguir “Formação”, realizando o debate
912 sobre a formação em articulação com a ABEP e de forma transversal; 7) Extinguir
913 “Mundo do trabalho”, com seus debates sendo transferidos para o “Núcleo de
914 Saúde”, para o núcleo de “POT” e para o “GTE”. Apresenta também a proposta de
915 “Resolução para normatizar o funcionamento dos núcleos”, que regulamenta o
916 funcionamento de Núcleos Temáticos no âmbito do Conselho Regional de Psicologia
917 da 6ª Região. Esclarece que a proposta de Resolução traz que a coordenação do
918 Núcleo possa não ser feita por conselheiro. Considerações do plenário: **1)** Sugere-
919 se que a coordenação dos núcleos possa ser compartilhada. **2)** Comenta-se que, na
920 perspectiva da educação, o tema ‘Medicalização’ não foi bem cuidado quando foi
921 trabalhado junto ao Núcleo de Saúde. Assim, sugere-se que seja tratado no Núcleo
922 de Educação. **3)** Apresenta-se dúvida sobre a extinção do Núcleo de Formação,
923 citando-se que na região de Campinas houve bastante diálogo com os atores da
924 área de formação, especialmente em Serviços-Escola. **4)** Questiona-se sobre a
925 alteração de nome do Diverpsi - Diversidade epistemológica não hegemônica - para
926 “Psicoterapias”, pois essa nova nomenclatura não contemplaria todas as temáticas
927 antes discutidas, assim, sugere-se que seja mantida como “Métodos e Técnicas”,
928 para ser mais abrangente. **5)** Questiona-se sobre como se dará o espaço decisório
929 nos núcleos e sobre o tempo de ação com a hierarquização proposta. **6)** O gestor da
930 subsede do Vale de Paraíba e Litoral Norte, Bruno Monteiro Carlos, comenta que a
931 conselheira Bruna Lavinias Falleiros encaminhou e-mail defendendo que as/os
932 coordenadoras/es sejam conselheiras/os, pois considera importante que as/os
933 representantes dos núcleos nas Comissões de Políticas Públicas e de Direitos
934 Humanos sejam as/os coordenadoras/es. **7)** Questiona-se também, considerando a



935 necessidade de um representante de cada subseção em cada núcleo, o número
936 mínimo de integrantes desses seria 10 (dez), se caberia indicar também um número
937 máximo. **8)** Questiona-se se as reuniões seriam presenciais ou feitas à distância e
938 se há estrutura suficiente para dar conta de todas as reuniões. **9)** Questiona-se se
939 os nomes para compor esses grupos deverão ser indicados já nesta plenária ou se
940 deverão ser definidos após a definição em plenária do modo de organização do CRP
941 SP. **10)** Solicita-se que no calendário de 2017 seja incluído um momento de
942 encontro de todos esses núcleos, para discutir e pensar no modo de atender aos
943 anseios da categoria, o que pode ser no formato de um evento para pensar a
944 Psicologia enquanto Ciência e Profissão. **11)** Ressalta-se a importância de que os
945 núcleos tenham autonomia para realizar as ações, defendendo-se que a
946 coordenação seja realizada por conselheira/o. Essa defesa se dá devido à
947 participação da/o conselheira/o nas plenárias, embora haja entendimento de que a
948 garantia da política é uma questão que esteja mais ligada à composição do núcleo e
949 a sua forma de organização. **12)** Indica-se a importância de ter um espaço para
950 realizar a discussão de alguns temas mais específicos, assim, em alguns núcleos
951 pode ser importante que sejam criados também subnúcleos. **13)** Indica-se que no
952 material encaminhado por e-mail a respeito da descentralização trata também sobre
953 a questão da autonomia. Assim, solicita-se esclarecimento sobre a forma como isso
954 se dará nos núcleos. **14)** Questiona-se se o GT História e Memória continuará
955 funcionando, uma vez que não aparece no material encaminhado. **15)** Destaca-se a
956 importância que todas/os colaboradoras/es estejam alinhados com as deliberações
957 do COREP e do CNP, o que ajudará a manter o alinhamento de posicionamento. **16)**
958 Há defesa de que as/os coordenadoras/es dos núcleos não sejam,
959 necessariamente, conselheiras/os. **17)** Questiona-se se para que os núcleos possam
960 funcionar e tocar suas pautas as ações necessitam estar no Planejamento e como
961 isso seria garantido, além de como será desenhado o Centro de Custo. **18)**
962 Questiona-se se os encaminhamentos dos núcleos deverão ser levados para as
963 comissões a qual estão ligadas e como funcionaria esse fluxo. Pontuando-se que a
964 pauta de vários núcleos inflará a pauta da Comissão. **19)** Indica-se que é importante
965 pensar em como se daria a organização das reuniões desses grupos. Diante do
966 exposto pelo plenário, o conselheiro Vinicius Cesca de Lima apresenta as seguintes
967 ponderações e respostas. **1)** Circunstancialmente como a Medicalização já estava
968 junto com a pauta de Álcool e Drogas, ela foi incorporada ao Núcleo de Saúde na
969 proposta, mas entende que se deve pensar que o melhor caminho pode ser juntar
970 ao Núcleo de Educação. Dessa forma, altera sua proposta: ficaria "Núcleo de



971 Educação e Medicalização” e o de “Saúde” incorpora a pauta de álcool e drogas. **2)**
972 Quanto à extinção do Núcleo de Formação, há deliberação do Congresso de que a
973 pauta da formação seja feita em parceria com a Abep. O CRP não deve realizar
974 discussão acerca da formação sem a participação da Abep. **3)** Sobre a
975 nomenclatura do Métodos e Técnicas Psicológicas, montando o modelo de
976 organização, ele não se encaixava nem em eixo setorial, nem no eixo de garantia de
977 direitos. Dessa forma, propõe que métodos e técnicas não seja configurado como
978 núcleo, juntamente com o diversidade epistemológica, podendo ser chamado de
979 “Métodos, Técnicas e Diversidade Epistemológica em Psicologia”. **4)** Sobre a
980 hierarquização da estrutura, indica que é uma orientação clara do Parecer Jurídico
981 que foi solicitado. Reforça que há um parecer jurídico em relação à minuta de
982 regulamentação da organização do CRP e o indicativo que a administração pública é
983 hierarquizada. A gestão do CRP criou uma forma de organização que não
984 encontrava materialidade, pois não esta prevista no regimento e não estava
985 hierarquizada a outras instâncias do CRP, portanto, poderia levar a questionamentos
986 do ponto de vista do uso dos recursos do CRP SP, da lógica do funcionamento e da
987 capacidade decisória dessas instâncias. A proposta de Resolução visa suprir essa
988 materialidade da criação dessas instâncias que não existiu, sendo a hierarquização
989 uma exigência da lógica da administração pública. **5)** Informa que como deliberação
990 do IX CNP e IX COREP está que o processo de aprovação de resoluções deve ser
991 participativo, ou seja, que seja precedido de audiência pública. Portanto, a proposta
992 para esta plenária não é que já seja aprovada a nova Resolução, mas que se
993 levantem subsídios para o documento. Após isso, o documento deverá ser
994 submetido a uma audiência pública e, somente depois, poderá ser aprovada
995 definitivamente em plenária. **6)** A respeito da burocratização do processo e da
996 tomada de decisão pelos núcleos, relembra que esses não possuem nenhuma
997 autonomia, pois não se tratam de instâncias deliberativas. A instância deliberativa do
998 CRP SP é o plenário, todas as demais são instâncias executivas, exemplificando
999 com as Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização, de Direitos Humanos,
1000 Comissões Gestoras das Subsedes e Diretoria, que são instâncias com autonomia
1001 somente na forma como executar as tarefas, a partir das diretrizes que o plenário
1002 aprovou. Se há algum assunto para o qual ainda não há diretriz do plenário, não
1003 cabe aos núcleos deliberar. Isso pode gerar transtornos ao longo do tempo, mas é
1004 desta forma como deve ser. **7)** Também entende a importância de que seja
1005 garantida a presença do plenário nos núcleos, mas isso pode ser feito com uma/um
1006 conselheira/o membro, não necessariamente precisando ser a/o coordenadora/or,



1007 assim como não precisa ser a/o coordenadora/or a representar o núcleo na
1008 Comissão de Direitos Humanos ou de Políticas Públicas. **8)** sobre a proposta de
1009 pensar em um número máximo de membros nos núcleos, encontra uma dificuldade,
1010 que é o fato da proposta indicar que todas as pessoas que representam o CRP em
1011 Órgão de Controle Social também componham o Núcleo afim do tema, o que
1012 impossibilita de determinar um número máximo. Assim, a proposta pode ser de ter
1013 uma pessoa de cada subsele, mais todas/os as/os representantes do tema afim ao
1014 núcleo. **9)** Sobre as reuniões serem realizadas presencialmente ou à distância, a
1015 ideia é que as reuniões sejam alternadas entre essas duas modalidades, sendo que
1016 para o caso de reuniões virtuais, deverão ser dessa forma para todas/os
1017 participantes, inclusive para aqueles que residem na região da Sede, na perspectiva
1018 de não se privilegiar essas pessoas em detrimento às que residem em regiões mais
1019 distantes. Quanto ao revezamento, seria importante para garantir a economicidade.
1020 **10)** Sobre a indicação de nomes para compor os núcleos, pondera que inicialmente
1021 deve-se ter a indicação de quem será responsável pela coordenação e, somente
1022 depois, deverá ser verificada a composição de cada um deles. **11)** Quanto à
1023 organização nas subsele para os núcleos, pontua que há um ponto de pauta que
1024 diz respeito a essa pauta, que seria por temas, que seria que a organização poderia
1025 ser feita por temas. **12)** Concorde que seja pensado em um momento de encontro
1026 de todas/os colaboradoras/es de núcleo, e avalia que pode ser encaminhado um
1027 Fórum de Gestores com esse fim. **13)** Não concorda com a criação de subnúcleos.
1028 Entende que os núcleos podem se organizar para trabalhar as pautas específicas
1029 sem a necessidade de criação de um novo coletivo para essa determinada pauta.
1030 Seu entendimento é que se trata de uma questão mais de gerenciamento e
1031 administração do núcleo. **14)** A respeito da forma do Planejamento Estratégico,
1032 entende que se já se tiver os núcleos criados, é possível prever as linhas de custeio
1033 para o centro de custo, mesmo que esses núcleos ainda não possuam membros. No
1034 planejamento será amplo, para os próximos três anos, não serão constituídos
1035 objetivos de cada tema, serão objetivos gerais e cada tema deverá dialogar para a
1036 execução. **15)** Quanto à questão do possível inchamento das pautas das Comissões
1037 de Direitos Humanos e de Políticas Públicas, é importante que essas comissões não
1038 sejam espaços para reproduzir novamente temas específicos, mas para discutir os
1039 temas transversais. **16)** A lógica dos núcleos o CRP já possuía, a novidade é pensar
1040 nessas Comissões como espaços para transversalizar os debates. **17)**
1041 Questiona como se deu a aproximação com os Serviços-escola, uma vez que essa
1042 seria uma ação ligada à COF. Novamente aberto para considerações do plenário: **a)**



1043 Explica-se que a aproximação com os Serviços-escola se deu através dos encontros
1044 com os coordenadores, em parceria com a ABEP. **b)** Pontua-se a necessidade de
1045 pensar em formas de aproximação mais efetiva com a ABEP, com isso, há
1046 posicionamento favorável à extinção do Núcleo de Formação. **c)** Entende-se que é
1047 possível trabalhar nos núcleos assim como é feito na COE, indicação política para
1048 membros não conselheiros coordenarem as reuniões. **d)** Embora se entenda
1049 importante ter um documento que oriente a organização dos núcleos, ressalta-se
1050 que ainda não se sabe como funcionará essa estrutura, com vários níveis de
1051 hierarquia. Assim, antes de aprovar a Resolução, sugere-se uma maior discussão a
1052 respeito. **e)** Há defesa de que não somente conselheiras/os possam ser
1053 coordenadoras/es dos núcleos, desde que haja ao menos uma/um conselheira/o
1054 como membro, compondo esse grupo. **f)** Defende-se a proposta de que para o
1055 calendário de 2017 seja considerado um encontro com os colaboradores dos
1056 núcleos. **g)** Há queixa de que está sendo criada uma hierarquia com muitos níveis,
1057 por temor de que isso inviabilize as ações, sendo que o entendimento é de que a
1058 própria plenária já se trata de um espaço de transversalização. **h)** Há manifestação
1059 favorável às propostas, mas indica-se temor de já se institucionalizar as instâncias
1060 que serão criadas através de Resolução, pensando inclusive que isso resvalaria na
1061 próxima gestão, ainda que seja possível revogar. **i)** Questiona-se se as/os
1062 coordenadoras/es dos núcleos serão definidos em plenária, pois se entende que
1063 isso pode afetar a autonomia de cada grupo. **j)** Reforça-se que é importante que
1064 cada núcleo possa ter a possibilidade de ter instâncias mais específicas dentro do
1065 próprio núcleo. **k)** Questiona-se como se daria a regionalização da CDH nas
1066 subsedes. **l)** Aponta-se a preocupação de já aprovar os núcleos para coloca-los em
1067 funcionamento, mas ainda há dúvidas de como a proposta funcionaria na prática. **m)**
1068 Sugere-se que sejam desmembradas as deliberações desta plenária, uma vez que
1069 muitas/os conselheiras/os não estão mais presentes. Dessa forma, sugere-se já
1070 aprovar a criação dos núcleos, para entender a prática efetiva desses grupos e,
1071 após, realizar a discussão sobre a resolução. Após essas considerações, Vinicius
1072 Cesca de Lima comenta que a plenária não é o espaço onde ocorre a
1073 transversalização, e sim a instância deliberativa da política. Quanto às questões que
1074 envolvem as subsedes, deve-se repensar a organização que não seja somente por
1075 temas, a proposta é que cada núcleo tenha uma pessoa em cada região e essa
1076 pessoa seria a responsável por descentralizar o debate naquela região. Ressalta
1077 que o GT História e Memória deverá permanecer em funcionamento e constar na
1078 organização proposta junto às instâncias transversais do CRP. Aristeu Bertelli da



1079 Silva comenta que embora possa soar como excesso de burocracia, assim será
1080 realizado por este CRP SP: todas as ações que estão sendo realizadas deverão ter
1081 respaldo jurídico, ou seja, lastro legal e normativo. Não haverá combinados que não
1082 fiquem claros para o plenário e para a categoria. Assim, ter uma Resolução é
1083 necessário para que se possa fazer algumas atividades e o caminho perpassa pela
1084 sociedade e categoria, mas quem definirá o documento final será este plenário.
1085 Reforça que serão realizadas atividades que não tenham lastro legal. Comenta que
1086 gestões anteriores podem não terem sido provocadas nesse sentido, mas
1087 transparência é uma forma de exposição, e é importante que se tenha o lastro e
1088 respaldo legal para cada atividade. Vinicius Cesca de Lima apresenta então como
1089 proposta: Que se aprove o modelo, que mantém os núcleos temáticos, mas em
1090 transversalização com CPP, CDH e GTE; que se mantenha as instâncias da forma
1091 proposta, apenas com as seguintes alterações: Núcleo de Educação e
1092 Medicalização e criação de GT sobre métodos e técnicas e diversidade
1093 epistemológica em Psicologia; encaminhamento da Resolução para Audiência
1094 Pública, enquanto o plenário também realiza o debate. Somente depois de
1095 finalizadas essas etapas, o documento retornará para a plenária, para deliberação;
1096 que a audiência aconteça a partir da primeira quinzena de dezembro, pois tem
1097 receio de que se deixar para depois, poderá atrasar muito a aprovação da
1098 Resolução. Com o calendário da forma que propõe agora, somente será possível
1099 aprovar em janeiro do próximo ano. Novas considerações do plenário: **1)** Sugere-se
1100 a aprovação da criação das instâncias, mas que essa possa ser repensada na
1101 plenária em dezembro. **2)** Há defesa de que se há fragilidade legal, não há motivos
1102 para acelerar o processo, ou seja, que não há sentido em criar os núcleos
1103 imediatamente e deixar somente para o próximo ano a consulta pública. Pode-se
1104 discutir a proposta, mas, nesse caso, que não se aprove a criação dos núcleos. **3)**
1105 Compreende-se a necessidade de lastro legal para realizar as ações, mas não foi a
1106 forma como funcionou durante vários anos. Assim, não se compreende a razão do
1107 excesso de zelo neste momento. **4)** Já estão sendo realizadas ações temáticas, que
1108 não estão sendo tocadas pelos núcleos, ou seja, passa por instâncias temáticas
1109 ainda menores. Entende-se que quanto mais se posterga a criação desses coletivos,
1110 mais frágil será o processo. **5)** Indica-se também que não positiva a realização de
1111 consultas públicas de forma apressada, sem que se considere o saber dos
1112 funcionários da Comunicação sobre o que tem impacto em termos de conseguir uma
1113 efetiva divulgação, o que faz com que o CRP realize diversas ações esvaziadas. É
1114 importante que se faça um planejamento das estratégias de comunicação. **6)** Se há



1115 angustia sobre a formação dos coletivos, propõe-se que esses sejam criados
1116 temporariamente e, após a devida discussão e da definição da forma de
1117 organização, esses sejam desfeitos e constituídos os reais. Compreende-se essa
1118 ação importante para que não cause desânimo no plenário e colaboradoras/es. **7)**
1119 Questiona-se se o registro em ata da deliberação de criação dos coletivos já não
1120 seria respaldo legal para essas questões. E, assim sendo, questiona-se a
1121 necessidade da Resolução. Vinicius Cesca de Lima apresenta preocupação em
1122 postergar a aprovação da Resolução. Assim como entende que criar os coletivos
1123 sem que se aprove o modelo proposto pode se tratar de um pragmatismo vazio,
1124 somente recuperando a forma como era realizado na gestão anterior. Portanto,
1125 questiona se o plenário concorda em aprovar o modelo nesta plenária e, caso não
1126 se concorde, entende que também não é possível aprovar a criação das instâncias.
1127 A respeito do tempo para divulgação da consulta pública, indica que se trata de uma
1128 rotina e não uma grande ação, como uma Campanha. Reforça que cada normativo,
1129 de agora em diante, passará por consulta pública antes da aprovação do plenário.
1130 Aristeu Bertelli da Silva relembra que na gestão passada os núcleos foram criados
1131 após o Planejamento Estratégico, como um arranjo e não da forma como está sendo
1132 realizado agora, de forma sistemática. Entende também que foi prejudicial a criação
1133 de muitos subnúcleos e coletivos, pois esses não conseguiam ser amparados pela
1134 estrutura do CRP. É necessário lidar com dados da realidade que deverão ser
1135 enfrentados por esta gestão: haverá uma queda do número de funcionários que
1136 atuam na Secretaria, por diversas razões, portanto, esses não conseguirão atender
1137 as reuniões, assim como não será possível dar conta de diversas atividades.
1138 Ressalta ainda que as outras gestões não tiveram que dar conta do TAC imposto
1139 pelo TCU. Reforça que é um processo burocrático, porque se trata de uma estrutura
1140 burocrática do estado e que não pode fazer nada que não esteja previsto em
1141 normativa, sobre a possibilidade de ser questionada. Ainda, que embora a questão
1142 jurídica recaia sobre o tesoureiro e o presidente da instituição, a responsabilidade
1143 política recai sobre todas/os. Assim, apresenta receita de que o processo para
1144 normatizar as instâncias seja muito demorado. Pontua as duas propostas que
1145 formam levantadas: A) Que as instâncias sejam criadas a partir da aprovação do
1146 modelo. B) Criação das instâncias anteriormente a definição do modelo. **Mais**
1147 **considerações do plenário:** **1)** Como não houve consenso sobre a forma de
1148 hierarquização do modelo proposto, a ideia é que se criem esses grupos, mas sem a
1149 hierarquia da maneira proposta. Entende-se que a importância dos espaços
1150 transversais está posta, mas que talvez não deva ocorrer da forma proposta. **2)**



1151 Questiona-se se, como ainda não existem esses grupos temáticos constituídos, a
1152 quem se deve reportar para tocar as pautas, se é à CDH e à CPP. O conselheiro
1153 presidente questiona se as pessoas que permanecem na plenária estão apropriadas
1154 dos materiais de subsídios encaminhados, tanto da regionalização, descentralização
1155 e interiorização, quanto sobre a Resolução e a forma de organização temática.
1156 Vinicius Cesca de Lima esclarece que a Diretoria sabe quem do plenário tem
1157 propriedade da temática e tem encaminhado as demandas para essas pessoas,
1158 enquanto os coletivos ainda não estão constituídos. Quanto à autonomia dos
1159 núcleos, explica que com o funcionamento dos grupos, caso surja uma demanda de
1160 educação, por exemplo, essa será encaminhada para o núcleo que cuida desse
1161 tema, sem necessidade de passar pela Comissão. Reforça que o Núcleo é o órgão
1162 executivo da pauta e às Comissões cabe cuidar da transversalidade das pautas.
1163 Assim, se todos estiverem esclarecidos e de acordo com esse modelo de
1164 funcionamento, indica que esse seja aprovado, bem como a criação das instâncias.
1165 E que já se encaminhe para audiência pública sobre a Resolução, indicando-se que
1166 se tenha um prazo para que a audiência pública tenha sido realizada.
1167 **Encaminhamento: 1)** O plenário aprova o modelo de organização proposto. **2)**
1168 Aprova-se a criação dos Núcleos: a) Assistência Social; b) Educação e
1169 Medicalização; c) Justiça; d) Psicologia, Comunicação e Mídia; e) Saúde; f)
1170 Emergências e Desastres; g) Psicologia Organizacional e do Trabalho; h) Psicologia
1171 do Esporte; i) Psicoterapias; j) Trânsito e Mobilidade Urbana; k) Psicologia e
1172 questões raciais; l) Psicologia e povos tradicionais; m) Criança e Adolescente; n)
1173 Sexualidade e Gênero; o) Psicologia e deficiência; e, p) Psicologia, Laicidade e
1174 Religiosidade. **3)** Criam-se os GTs: a) Exercício Profissional enquanto Trabalho; e, b)
1175 Métodos, Técnicas e Diversidade Epistemológica em Psicologia. **4)** Deverá ser
1176 realizada Audiência Pública na Sede, com transmissão online nas Subsedes antes
1177 de 10 de dezembro de 2016. **5)** O processo deverá ser avaliado na Plenária
1178 Ordinária de dezembro e, caso não tenha sido suficiente, pode-se realizar outra
1179 Audiência em janeiro. **XIV) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO**
1180 **E DAS FINANÇAS – APAF (Brasília, 17 e 18/12/2016) – 14.1) Pontos**
1181 **remanescentes do CRP SP para a APAF** - Aristeu Bertelli da Silva indica a
1182 necessidade de rever os subsídios dos pontos já solicitados por este CRP SP para a
1183 pauta da APAF, que são pontos remanescentes. O CRP SP já respondeu ao
1184 Conselho Federal que manterá os pontos, no entanto, é possível que haja
1185 necessidade de atualização dos materiais de subsídio. **Considerações do plenário:**
1186 A) Revisão da Resolução 11/2012 (Serviços Psicológicos Mediados por TICs) -



1187 Defende-se a manutenção do ponto devido a Resolução estar ultrapassada. B) PL nº
1188 4364/12 que altera a Lei nº 5766/71 - Considera-se que já há material sobre o
1189 assunto, que é relevante. Assim, defende-se sua manutenção. Apresenta-se a
1190 preocupação sobre uma emenda, que é pior do que a proposta original, trazendo
1191 mais retrocessos. C) Saúde Suplementar - Defende-se sua manutenção, mas que
1192 não deve ser discutido como prioritário. D) Criação de um Plano de Contingências,
1193 com Plano de Ajuda Mútua entre CRPs - Informa-se que esse ponto estava sendo
1194 discutido pelo Núcleo de Emergências e Desastres, mas que ainda não foi possível
1195 amadurecê-lo. Assim, entende-se que seria melhor que fosse discutido na APAF de
1196 maio de 2017. Sugere-se sua manutenção na pauta, mas não deverá ser tratado
1197 como prioritária sua discussão. E) Estratégias de Fiscalização Referentes a
1198 Denúncias de Testes Divulgados na Internet – Não há manifestação de objeção à
1199 manutenção do ponto. F) Revista Diálogos (Revistas Sistema Conselhos)- Não há
1200 manifestação de objeção à manutenção do ponto. G) Aumento de Membros do
1201 Plenário - Não há manifestação de objeção à manutenção do ponto. H) Acupuntura
1202 – Não há manifestação de objeção à manutenção do ponto. **Encaminhamentos:** O
1203 plenário aprova a manutenção dos pontos, quais sejam: Revisão da Resolução
1204 11/2012 (Serviços Psicológicos Mediados por TICs); PL nº 4364/12 que altera a Lei
1205 nº 5766/71; Saúde Suplementar; Criação de um Plano de Contingências, com Plano
1206 de Ajuda Mútua entre CRPs; Estratégias de Fiscalização Referentes a Denúncias de
1207 Testes Divulgados na Internet; Revista Diálogos (Revistas Sistema Conselhos);
1208 Aumento de Membros do Plenário; e, Acupuntura. Indica-se que os pontos Criação
1209 de um Plano de Contingências, com Plano de Ajuda Mútua entre CRPs
1210 e Saúde Suplementar não deverão ser tratados como prioritários. **14.2) Novos**
1211 **pontos a serem solicitados pelo CRP SP na APAF** – O conselheiro presidente
1212 informa que há pontos que a Diretoria está sugerindo que sejam pautados em APAF:
1213 1) Revisão do CPD; 2) Consolidação das Resoluções; 3) Resolução de Documentos
1214 Escritos; 4) Coaching; e, 5) Depoimento Sem Dano. **Encaminhamentos:** O plenário
1215 aprova a inclusão dos seguintes pontos, a serem solicitados por este CRP SP, para
1216 a pauta da APAF de dezembro de 2016: 1) Revisão do CDP, cujos materiais de
1217 subsídio deverão ser preparados por Guilherme Raggi e Andrea Mataresi; 2)
1218 Consolidação das Resoluções, cujos materiais de subsídio deverão ser preparados
1219 por Guilherme Raggi e Andrea Mataresi; 3) Coaching, cujos materiais de subsídio
1220 deverão ser preparados por Guilherme Raggi e Maria das Graças Mazarin de
1221 Araújo; e, 4) Depoimento Sem Dano, cujos materiais já se solicitou que sejam
1222 preparados pela conselheira Regiane Piva. O ponto “Resolução de Documentos



1223 Escritos” não deverá ser solicitado pelo CRP SP para que conste na pauta da APAF
1224 de dezembro de 2016. A pauta é trazida pelo CFP e está mais relacionada aos CRs
1225 que ainda não se organizaram para a mudança da Resolução. Porém, não há como
1226 fazer a discussão porque se trata de um assunto que não foi discutido amplamente
1227 dentro do Sistema Conselhos. O assunto, possivelmente, voltará à pauta da APAF
1228 de maio de 2017. **14.3) Delegação do CRP SP para a APAF** – O conselheiro
1229 presidente comenta ainda que outra necessidade para essa plenária é a definição
1230 da delegação do CRP SP para a APAF, considerando que já há indicativo de que a
1231 presidência e a tesouraria a componham. Ou seja, como a delegação do CRP é
1232 formada por cinco conselheiras/os, há necessidade de indicação de mais três
1233 conselheiras/os para participarem. Considerações do plenário: 1) Sugere-se a
1234 participação da conselheira vice-presidente, Clarice Pimentel Paulon, para que
1235 possa ser apresentada ao Sistema Conselhos; 2) Camila Teodoro Godinho justifica
1236 que gostaria de participar da APAF, porém não será possível por motivo pessoal.
1237 Dessa forma, indica Guilherme Raggi em razão das pautas propostas por este CRP
1238 SP; 3) Andrea Mataresi não se dispõe a compor a delegação por motivos pessoais
1239 e, assim, indica Guilherme Raggi devido às questões do Código de Ética; 4) Sugere-
1240 se o nome de Rodrigo Presotto, que se aprovado deverá ser consultado; 5) Sugere-
1241 se o nome de Monalisa Muniz Nascimento, que poderá contribuir especialmente nos
1242 pontos ligados à avaliação psicológica; 7) Comenta-se que a APAF é uma reunião
1243 que por sua natureza tem muitos embates. Especialmente nesta, todos os plenários
1244 são novos e haverá a transição de gestão no Conselho Federal. Assim, indica-se
1245 que o plenário acompanhe a APAF pela internet e, assim, preste assistência à
1246 delegação deste CRP SP; 8) A Comissão de Comunicação deve estar postas para
1247 as postagens necessárias; 9) Por conta da urgência do espaço, algumas questões
1248 podem chegar de maneira não lapidada. **Encaminhamentos: 1)** O plenário aprova
1249 que a delegação do CRP SP na APAF seja composta por Aristeu Bertelli da Silva,
1250 presidente; Vinicius Cesca de Lima, tesoureiro; Clarice Pimentel Paulon; Guilherme
1251 Rodrigues Raggi Pereira e Monalisa Muniz Nascimento. **2)** As/os conselheiras/os
1252 deverão, a medida do possível, acompanhar a transmissão online da APAF para
1253 auxiliar a delegação deste CRP SP na APAF durante as discussões. A Comissão de
1254 Comunicação deverá ficar disponível para publicação e divulgação da atividade. **XV)**
1255 **PONTOS PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA** - Como não houve tempo hábil para
1256 discussão de todos os pontos de pauta desta sessão plenária, o plenário acorda que
1257 os mesmos sejam repautados: 1) Diretrizes para Construção de uma Política
1258 Estadual Descentralizada, Regionalizada e Interiorizada no CRP SP; 2) Proposta de



1259 Organização Nuclear para Subsedes. Nada mais havendo a tratar, o senhor
1260 conselheiro presidente deu por encerrada a sessão às 18 horas e 40 minutos, da
1261 qual eu, conselheira secretária Camila Teodoro Godinho, lavrei a presente Ata, que
1262 lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, doze de
1263 novembro de dois mil e dezesseis.

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Camila Teodoro Godinho

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg

Fábio Silvestre da Silva

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Maria Rozinetti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Reginaldo Branco da Silva

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Vinicius Cesca de Lima

Beatriz Marques de Mattos

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Magna Barboza Damasceno



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Márcio Magalhães da Silva

Mary Ueta

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rodrigo Fernando Presotto

Rodrigo Toledo

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br